



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Licenciatura em Serviço Social

**EXCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS ACOLHIDAS NO LAR MADRE MARIA CLARA
DE MUMEMO-MARRACUENE: CAUSAS E ESTRATÉGIAS DE REINTEGRAÇÃO
(2022-2024)**

Autora: Deisy Rabelina Damião Naftal

Supervisor: Prof. Doutor Constâncio A. Machanguana

Maputo, Agosto de 2025

Deisy Rabelina Damião Naftal

**EXCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS ACOLHIDAS NO LAR MADRE MARIA CLARA
DE MUMEMO-MARRACUENE: CAUSAS E ESTRATÉGIAS DE REINTEGRAÇÃO
(2022-2024)**

Monografia apresentada, como parte parcial dos requisitos para obtenção do grau académico de Licenciada em Serviço Social, na Universidade Eduardo Mondlane.

Supervisor: Prof. Doutor Constâncio A. Machanguana

Maputo, Agosto de 2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: Deisy Rabelina Damião Naftal

EXCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS ACOLHIDAS NO LAR MADRE MARIA CLARA
DE MUMEMO-MARRACUENE: CAUSAS E ESTRATÉGIAS DE REINTEGRAÇÃO
(2022-2024)

Mesa de Júri

Presidente

Oponente

Supervisor

(Prof. Doutor. Constâncio A. Machanguana)

Maputo, aos _____ de _____ 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Deisy Rabelina Damião Naftal**, declaro, por minha honra, que a presente monografia nunca foi apresentada em nenhuma instituição para qualquer fim académico. O conteúdo nele constante é original, resultante da minha investigação sob a orientação do meu supervisor, e todas as fontes citadas constam nas referências bibliográficas.

Maputo, Agosto de 2025

(Deisy Rabelina Damião Naftal)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imenso ao meu supervisor Constâncio Machanguana pela entrega abnegada, flexibilidade e principalmente pela paciência. Pois ao longo dessa jornada interrompi por diversas vezes o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, contudo ele nunca desistiu de mim.

Agradeço igualmente aos meus docentes que estiveram empenhados e/ou comprometidos em transmitir conhecimento a mim e aos demais colegas, à citar: Doutor Carlos Cuinhane, Doutor Baltazar Muianga, Prof. Doutor Hinervo Marqueza, Prof. Doutor Orlando Nipassa, Mestre Catarina Cuambe, Mestre Joana Almeida, Mestre Emídio Moiana, Mestre Cândido Chume, Mestre Déborah Brito, dr. Casimiro Guilamba, dra. Violante e dra. Sara Pinto.

À minha família pelo apoio incondicional, a minha mãe Celdina De Sousa e o meu padrasto Faquir Osman por terem sido os maiores patrocinadores do meu grande sonho, várias vezes abdicaram dos seus projectos pessoais para que não me faltasse o necessário para trilhar o meu caminho sem muitas dificuldades.

Agradeço aos meus amigos e colegas que se tornaram meu alicerce na academia e na vida: Sheila Muianga, Joana Amélia, Anita Shirley, Albertina Buque, Venâncio Dias, Esperança Manhiça, Steve Mula, Ângelo Muchanga, Nérea Novela, dr. Elísio Dista e Cristina Maússe.

E por fim e não menos importante, agradeço à Deus por me conceder saúde, protecção, e por ter-me mantido viva até que eu chegasse aqui, sem ele nada disso teria acontecido.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às 3 mulheres mais importantes da minha vida: minha mãe, Celdina Hebreus de Sousa, e às minhas avós paternas, Alice Matsinhe (em memória) e Rute Matsinhe.

EPÍGRAFE

“Toda a Criança merece crescer em um ambiente onde o afecto, a protecção e o cuidado sejam tão presentes quanto o alimento de cada dia.” (Nelson Mandela, 2003)

LISTA DE ABREVIATURAS

INE	Instituto Nacional de Estatística
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
LMMC	Lar Madre Maria Clara
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas Para a Infância

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema “*Exclusão Social de Crianças Acolhidas no Lar Madre Maria Clara de Mumemo-Marracuene: Causas e Estratégias de Reintegração (2022–2024)*”. O problema de pesquisa centra-se nos factores que levam à exclusão de crianças órfãs no meio familiar e nas implicações dessa exclusão no seu desenvolvimento integral. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e descritiva, com base no método de pesquisa-acção. Foram utilizados como instrumentos de recolha de dados a observação directa e a entrevista semi-estruturada, aplicadas a uma amostra intencional composta por 25 crianças acolhidas e 1 assistente social da instituição. Para a análise dos dados, recorreu-se à Teoria de Sistemas de Bertalanffy e à Teoria da Participação de Bordenave, que permitiram compreender a exclusão social como ruptura dos vínculos afectivos e da participação da criança em decisões sobre sua própria vida. Os resultados demonstram que a orfandade, a pobreza, a negligência e o abandono são as principais causas do acolhimento institucional. Constatou-se ainda que a reintegração familiar é um processo complexo que exige planeamento, acompanhamento e escuta activa da criança, e esta requer estratégias individualizadas, como o mapeamento familiar, visitas monitoradas e acompanhamento pós-reintegração. O assistente social desempenha um papel fundamental na mediação entre a criança, a família e a instituição, promovendo a reconstrução de laços e a inclusão social. Conclui-se que a criação de uma rede de apoio e estratégias participativas é essencial para enfrentar a exclusão e garantir os direitos das crianças em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Criança; Exclusão Social; Reintegração Familiar.

ABSTRACT

The theme of the research is “*Social Exclusion of Children Sheltered at the Lar Madre Maria Clara in Mumemo-Marracuene: Causes and Reintegration Strategies (2022–2024)*”. The central research problem concerns the factors leading to the exclusion of orphaned children within their family environments and the implications of such exclusion on their overall development. The study followed a qualitative and descriptive approach, based on action-research methodology. Data collection instruments included direct observation and semi-structured interviews, applied to a purposive sample of 25 sheltered children and one social worker from the institution. Data analysis was guided by Bertalanffy’s Systems Theory and Bordenave’s Theory of Participation, which enabled the understanding of social exclusion as a rupture in affective bonds and in the child’s active participation in decisions concerning their life. The findings reveal that orphanhood, poverty, neglect, and abandonment are the main causes of institutional sheltering. The research further revealed that family reintegration is shown to be a complex process that demands careful planning, psychosocial support, and active listening to the child. This process requires individualized strategies such as family mapping, supervised visits, and post-reintegration follow-up. The social worker plays a key role in mediating between the child, the family, and the institution, fostering the reconstruction of affective ties and promoting social inclusion. The study concludes that building a support network and implementing participatory strategies are essential to effectively address exclusion and ensure the rights of children in vulnerable situations.

Keywords: *Institutional Care; Child; Social Exclusion; Family Reintegration.*

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
AGRADECIMENTOS	ii
DEDICATÓRIA.....	iii
EPÍGRAFE.....	iv
LISTA DE ABREVIATURAS.....	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO.....	1
Problema.....	2
Hipóteses	4
Justificativa.....	4
Objectivos.....	5
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	7
1.1. Enquadramento Teórico	7
1.2. Enquadramento Conceptual.....	9
CAPÍTULO II – PLANO DE INTERVENÇÃO.....	17
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	20
3.1. Natureza da pesquisa (quanto a abordagem)	20
3.2. Tipo de pesquisa	20
3.3. Método de pesquisa	21
3.4. População e Amostra	21
3.5. Instrumentos de recolha de dados	22
3.6. Análise e tratamento de dados	23
3.7. Validade e fiabilidade dos resultados	24
3.8. Aspectos éticos da pesquisa.....	24
3.9. Constrangimentos	25
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO.....	26
4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados.....	26
4.2. Principais Causas da Exclusão das Crianças Acolhidas no Lar Madre Maria Clara no Meio Familiar.....	26
4.3. Processos de Acolhimento de Crianças no Lar Madre Maria Clara de Mumemo	

4.4. Estratégia Utilizada pelo Lar Madre Maria Clara para a Reintegração Familiar das Crianças Acolhidas	35
4.5. Papel do Assistente Social na Reintegração de Crianças em Situação de Exclusão Social.....	38
CAPÍTULO V – ACTIVIDADES IMPLEMENTADAS NO ÂMBITO DO PLANO DE INTERVENÇÃO.....	42
6. CONCLUSÃO E SUGESTÕES	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS	47
APÊNDICES	53
Apêndice 1	54
Apêndice 2	55
Apêndice 3	56
ANEXOS	57

INTRODUÇÃO

A exclusão manifesta-se de diversas formas e tem raízes em múltiplas causas, que influenciam negativamente o desenvolvimento integral da criança. Em Moçambique, esse fenómeno é particularmente preocupante, pois muitas crianças enfrentam situações de abandono, negligência e falta de apoio familiar, o que compromete seu bem-estar e seus direitos fundamentais (UNICEF, 2014).

A exclusão familiar pode ser entendida como a ausência ou ruptura dos vínculos afectivos e de cuidado que deveriam existir entre a criança e seus familiares. Segundo Ribeiro (2006), essa realidade é agravada por factores como a pobreza extrema, o desemprego, a violência doméstica, o HIV/SIDA, entre outros, que afectam profundamente a estrutura familiar e dificultam a protecção das crianças. Tais condições expõem-nas a riscos sociais, psicológicos e físicos, limitando suas oportunidades de crescimento saudável.

Por conta destes abusos/violações dos seus direitos enquanto menores de idade, o rumo das crianças são os centros de acolhimento, ou são encaminhadas a parentes distantes onde podem estar vulneráveis a sofrer abuso, violência ou abandono por parte de quem devia contribuir para a protecção destes.

Diante deste cenário, torna-se imprescindível compreender os mecanismos que levam à exclusão das crianças no ambiente familiar, bem como identificar as suas principais consequências.

É neste contexto que a presente pesquisa tem como tema “Exclusão Social de Crianças Acolhidas no Lar Madre Maria Clara de Mumemo-Marracuene: Causas e Estratégias de Reintegração (2022-2024)”. Para melhor compreensão da situação de exclusão social de crianças órfãs, tomou-se como espaço de análise o Lar Madre Maria Clara, localizado no bairro de Mumemo, em Marracuene.

Neste contexto, a monografia aborda a exclusão social de crianças órfãs, com ênfase na exclusão no âmbito familiar, investigando as causas que levam à sua rejeição no seio familiar. Assim como, é analisado o papel do assistente social diante desta problemática, evidenciando suas possibilidades de intervenção e contribuição na promoção da inclusão social e familiar dessas crianças.

Problema

Vivemos numa sociedade onde cada vez mais presencia-se situações de exclusão ou conseqüente discriminação das crianças. E muito por conta disso verifica-se que as crianças cujas perderam os seus progenitores, ficam a mercê da própria sorte, pois quem devia por direito (a família) cuidar destas as abandona.

Emergem diversas inquietações comumente a diversas áreas que podem afectar de certa forma ao desenvolvimento das crianças, nomeadamente: o ambiente social, religioso, moral e/ou até mesmo institucional.

Segundo o Ministério do Género Criança e Acção Social (2019), a alta taxa de sero prevalência em mulheres grávidas contribui significativamente no que tange a orfandade das crianças em tenra idade, visto que muitas mães acabam perdendo a vida em decorrência do HIV/SIDA. E esta é uma tendência que vai se verificar progressivamente, o que irá influir directamente no número elevado de crianças que serão encarregues por chefiar agregados familiares.

A chegada de um órfão a um agregado familiar não vem acompanhada por recursos (matérias), o que resulta num aumento da pobreza. Um estudo realizado em 2004 para avaliar os mecanismos de apoio á famílias e comunidades vivendo em áreas com maior taxa de sero prevalência, mostrou que cerca 12% dos agregados familiares compostos por crianças órfãs e vulneráveis, haviam recebido assistência, quer seja do Governo, na entidade do Ministério da Mulher e Acção Social naquela época, e também de Organizações da Sociedade Civil (MMAS, 2006, p. 21).

Por conta disso, algumas destas crianças sentem-se abandonadas no seio da família e passam a enfrentar muitos desafios, como por exemplo: o acesso aos serviços básicos como alimentação, a saúde, a educação, e ao apoio financeiro. E como alternativa de sobrevivência e meios para subsistência optam por recorrer a práticas negativas e comprometedoras do seu futuro, dentre elas, a prostituição, as uniões prematuras, o tráfico, etc.

Não obstante aos desafios acima citados, as crianças órfãs pelo facto de os progenitores terem sucumbido por conta do HIV/SIDA sofrem com o estigma e discriminação que

acompanha a doença, e como consequência sentem na pele a exclusão social por parte da comunidade ou unidade familiar alargada.

Segundo Silva e Cavalcante (2012), com o falecimento dos pais, as crianças ficam mais vulneráveis socialmente e emocionalmente. Em certos casos também ocorrem abusos, maus tractos e abandono por parte dos parentes, levando com isto o acolhimento institucional como forma de protecção. As crianças órfãs são acolhidas até que sua situação seja solucionada, isto é, a criança é redireccionada para a família biológica ou, em caso de inviabilidade destes, são direccionados para adopção.

O acolhimento institucional, segundo Sanches (1999), é um estágio inicial que visa atender as necessidades físicas e sociais das crianças, mas a permanência por longos períodos em situação de acolhimento pode ocasionar problemáticas em diversas áreas. As casas de apoio e acolhimento constituem como apenas uma alternativa para sobrevivência dessas crianças.

Como forma de minimizar o impacto desta problemática o Governo criou uma política que tinha como objectivo promover apoios aos órfãos e outras crianças em situação de vulnerabilidade, com enfoque mais comunitário do que institucional. Onde surgiu o Programa de Atendimento Baseado na Comunidade (ABC). A nível local, o MGCAS actua através de suas representações provinciais e distritais, com as Organizações Não Governamentais locais, e as Organizações de Base Comunitária, para abranger às famílias e comunidades. É com base neste esforço das autoridades governamentais, que os Ministérios traçam serviços que visam especialmente prestar apoio gratuito aos órfãos e as crianças em situação de vulnerabilidade (UNICEF, 2006).

Silva (2005) refere que a pobreza ou carência de recursos materiais não é suficiente para explicar com profundidade o fenómeno da violação de direitos da criança. A violência cometida contra a população infantil não ocorre em todas as famílias que são pobres, assim como não é verdade que crianças e adolescentes oriundos de famílias de classes de renda mais elevadas estejam livres da vivência de maus tratos e da exclusão cometida por seus familiares.

A falta de um ambiente familiar seguro e amoroso pode ter efeitos devastadores no desenvolvimento emocional, social e cognitivo dessas crianças. A exclusão pode levar a expressões da questão social, como depressão, ansiedade, baixa auto-estima,

dificuldades de aprendizagem, problemas comportamentais, entre outros. Além disso, a falta de um ambiente familiar seguro pode levar a uma maior probabilidade de envolvimento em actividades e comportamentos de risco.

No lar Madre Maria Clara do Mumemo existem mais de 80 crianças órfãs que foram acolhidas por vários motivos, sendo estas excluídas do ambiente familiar e do apoio que esta deveria proporcionar a criança para o seu bom desenvolvimento.

Desta feita, a pergunta de partida que se levanta é a seguinte: *Que factores levam a exclusão no meio familiar das crianças órfãs acolhidas no Lar Madre Maria Clara do Mumemo, em Marracuene?*

Hipóteses

H1: A falta de recursos financeiros e emocionais torna difícil para os membros da família cuidar das crianças órfãs levando a uma falta de cuidado adequado e, eventualmente, à exclusão das crianças órfãs do ambiente familiar.

H2: Os conflitos e desentendimento dos familiares levam à exclusão de crianças órfãs do ambiente familiar, pois, os parentes próximos não concordam com a adopção e cuidado da criança órfã.

Justificativa

A escolha deste tema deve-se, de modo particular, ao facto de se tratar de uma prática recorrente e facilmente observável na sociedade, sendo muitas vezes negligenciada a devida atenção às pessoas, sobretudo crianças, que vivenciam situações de exclusão. Trata-se de um problema que se tem agravado progressivamente, e cuja intervenção do Assistente Social pode desempenhar um papel fundamental na minimização dos seus impactos negativos e na promoção da inclusão social.

A compreensão deste problema visa evidenciar a importância dos direitos e da protecção da criança órfã, bem como destacar o papel do exercício profissional dos Assistentes Sociais. Pretende-se, assim, favorecer o surgimento de novas abordagens e mecanismos de intervenção focalizados neste grupo de crianças, que muitas vezes se sentem excluídas pela sociedade.

É também importante saber fazer o papel de protagonista que os profissionais do Serviço Social desempenham, visto que por ser uma área aparentemente nova no nosso país tende a ser marginalizada ou não incluída no que tange aos problemas sociais frequentemente vistos na comunidade e na sociedade no geral.

Através desse mesmo estudo, contribui-se na construção de um novo saber científico de modo com que possam surgir mecanismos actuantes relativos ao Serviço Social, visto que o nosso meio envolvente ainda carece de material bibliográfico de autores nacionais que abordam com alguma profundidade questões relativas a área social.

Pois, a falta de conhecimento sobre o papel do Assistente Social tem contribuído significativamente para a desvalorização e conseqüente marginalização dessa profissão, sobretudo em contextos marcados por profundas desigualdades económicas. Tais desigualdades favorecem a persistência da pobreza, a qual, por sua vez, intensifica os processos de exclusão social.

Objectivos

Geral

- Analisar os factores que levam à exclusão social da criança no meio familiar que são acolhidas no Lar Madre M. Clara de Mumemo.

Específicos

- Identificar as principais causas da exclusão de crianças acolhidas no Lar Madre M. Clara de Mumemo no meio familiar;
- Descrever os processos de acolhimento de crianças no Lar Madre M. Clara de Mumemo;
- Elucidar as estratégias utilizados pelo Lar Madre M. Clara para a reintegração familiar das crianças acolhidas;
- Reflectir sobre o papel do assistente social na reintegração de crianças em situação de exclusão social.

Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: À Introdução, apresenta a definição do tema, a formulação do problema, as questões de partida, os objectivos da pesquisa, a justificativa e a descrição da estrutura do trabalho.

O primeiro capítulo é dedicado ao Enquadramento Teórico e Conceptual, no qual são apresentados os principais referenciais teóricos e os conceitos-chave que fundamentam a análise do fenómeno investigado. O segundo capítulo refere-se ao Plano de Intervenção Social, que sistematiza e organiza as actividades a serem desenvolvidas após a identificação do problema, com o objectivo de propor respostas concretas à realidade estudada.

O terceiro capítulo apresenta a Metodologia do Trabalho, onde são descritos os procedimentos metodológicos e técnicos utilizados na investigação, incluindo as estratégias de recolha e análise de dados. O quarto capítulo é reservado à Análise e Discussão dos Dados, na qual os resultados obtidos são interpretados à luz da teoria previamente abordada, permitindo uma compreensão aprofundada do objecto de estudo. Por fim, é apresentada a Conclusão, que resume os principais achados da pesquisa, e as Sugestões, que indicam possíveis encaminhamentos e intervenções futuras.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Com este capítulo pretende-se apresentar o quadro teórico e conceptual que servirá de base para apreensão do fenómeno. A fundamentação teórica aqui exposta visa não apenas contextualizar a problemática, mas também fornecer os instrumentos analíticos necessários para interpretar os dados empíricos à luz das principais categorias e abordagens pertinentes ao tema.

1.1. Enquadramento Teórico

É apresentado a teoria base que foi utilizada para analisar e compreender o problema em pesquisa, nesse caso, a teoria de sistemas de Bertalanffy constitui como teoria base da pesquisa e a teoria de participação defendida por Bordenave (1983) constitui como teoria complementar.

1.1.1. Teoria de sistemas

A teoria de sistemas surgiu no campo da biologia, no início do século XX, como uma alternativa à visão mecanicista e fragmentada da ciência tradicional. Seu principal proponente foi o biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy, que propôs a ideia de que os organismos vivos, e posteriormente os fenómenos sociais, deveriam ser compreendidos como totalidades integradas, compostas por partes que se relacionam entre si de forma dinâmica. A teoria postula que o comportamento de qualquer sistema não pode ser entendido por meio da análise isolada de seus componentes, mas sim pela observação das interações e interdependências entre essas partes (Bertalanffy, 1968).

Um dos conceitos centrais da teoria de sistemas é o de "totalidade", que se refere ao facto de que um sistema é mais do que a simples soma de seus elementos. Também, destaca-se o princípio da "interdependência", que afirma que qualquer alteração em uma das partes do sistema afecta o todo. Outros conceitos importantes são a "homeostase", que indica a tendência dos sistemas de manterem o equilíbrio, e a "equifinalidade", que reconhece que diferentes caminhos podem levar a um mesmo resultado final. Esses princípios permitem compreender a complexidade dos fenómenos sociais e a multiplicidade de factores que influenciam os comportamentos e situações humanas (Capra, 2002).

No âmbito das ciências sociais, a teoria de sistemas foi incorporada como ferramenta analítica para a compreensão das inter-relações entre os diferentes elementos que compõem a sociedade. Essa perspectiva permite analisar indivíduos, grupos e instituições em constante interação com o ambiente social, político, económico e cultural.

No Serviço Social, essa abordagem é particularmente útil, pois facilita a compreensão dos problemas sociais a partir de uma lógica relacional, dinâmica e intersectorial. A prática profissional baseada nessa teoria busca não apenas intervir no indivíduo, mas também nos diversos contextos em que ele está inserido, como a família, a comunidade, os serviços e as políticas públicas (Kirst-Ashman & Hull, 2019).

Portanto, a teoria de sistemas revela-se uma abordagem essencial para compreender e intervir na situação de exclusão social vivida pelas crianças acolhidas no Lar Madre Maria Clara de Mumemo. Ao considerar a multiplicidade de factores e de sistemas envolvidos, essa teoria oferece uma visão ampliada e integrada da realidade social, permitindo a construção de estratégias mais eficazes e sustentáveis de reintegração.

2.1.2. Teoria da Participação de Bordenave

A teoria da participação defendida por Bordenave (1983) será a base Teórica que servirá de lente para se espelhar o andamento da presente pesquisa. É na natureza social que se faz necessário participar desde os primórdios do homem. Participação configura-se um instrumento para a solução dos problemas.

Segundo Bordenave (1983, p. 30) participar é tomar parte, é envolver-se e comprometer-se com uma tarefa comum, é partilhar decisões, é influenciar o curso dos acontecimentos.

A essência da participação para Bordenave está relacionada à promoção do protagonismo dos sujeitos sociais no processo de desenvolvimento, seja este local, institucional ou político. Nesse contexto, a participação é vista como condição para a emancipação e autonomia dos indivíduos e comunidades.

Somente através da participação é que as pessoas desenvolvem a capacidade de resolver seus próprios problemas, de controlar sua própria vida e de intervir no processo de desenvolvimento (Bordenave, 1994).

Na perspectiva deste autor, a participação obedece a três critérios, fazer parte, tomar parte e ter parte, isto significa que, o indivíduo que participa presencia e contribui e por fim recebe recompensas da sua participação.

A participação permite o exercício da cidadania e democracia directa e participativa, na medida em que, o cidadão, além do voto, tem canais e espaços onde pode envolver-se com vários actores políticos, discutir e sugerir ideias, o indivíduo também tem ganhos decorrentes da sua participação.

Com base nessa participação apontada por Bordenave que se vai tentar espelhar no Lar Madre Maria Clara de modo a dar entender que todas as crianças que nesta situação se encontram merecem, de certa forma, ser inclusas em todas as actividades sociais porque de alguma forma, a questão da participação também é um dos seus direitos.

Nesta senda, acabar excluindo uma criança da sua socialização primária pode (futuramente) constituir numa grande decadência nos processos de inclusão adoptados pelo governo de modo a dar assistência a todas as crianças que nesta situação se encontram.

1.2. Enquadramento Conceptual

Com a apresentação da teoria que constitui como lentes de análise do estudo, é apresentado nesse subtítulo a operacionalização dos conceitos chaves que caracterizam a pesquisa, sendo estes: Criança, exclusão social, família, órfão, Serviço Social e o papel do assistente social no acolhimento institucional de crianças.

1.2.1. Criança

Criança é todo o ser humano com menos de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo. É um período da infância ao qual se confere atenção especial em termos de direitos humanos, e é caracterizado como um período de desenvolvimento de capacidades (Unicef, 2010).

Sob a óptica de institucionalização da criança, segundo Moreira e Santos (2020), pode-se compreender que a criança institucionalizada aquela que é encaminhada aos centros de acolhimento, por ter sofrido graves situações de negligência, maus tratos, abandono, violência, abuso perpetrado por seus familiares ou responsáveis.

De acordo com Piaget (1971), as crianças não são apenas receptores passivos de informações, elas activamente constroem seu conhecimento por meio da interacção com o ambiente. Essa interacção é fundamental para o desenvolvimento de habilidades essenciais, como a linguagem, a socialização e o raciocínio lógico.

Refere King (1998) citado em Soares (2005) que, desde o movimento romântico europeu de finais do séc. XVIII e início do séc. XIX, as crianças têm vindo a ser consideradas como um grupo especial, com interesses especiais. No qual, as crianças são consideradas como sujeitos de direitos, a partir do momento em que o seu bem-estar é concebido como uma consequência das decisões dos adultos, ou seja, quando, para a salvaguarda dos seus direitos legais, as decisões se baseiem no pressuposto de que os interesses da criança devem ser protegidos através da imposição de deveres a outros, nesse caso, os adultos.

Segundo Meneses (2010), em Moçambique, a criança constituiu sempre o topo das prioridades, tanto no exercício da governação, como no seio das organizações da sociedade civil. Como forma de protecção da criança, o Estado moçambicano aderiu, ao Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança relativo à venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil (Resolução nº43/2002, de 28 de Maio) e ao Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados (Resolução nº 42/2002 de 28 de Maio).

Assim como, aprovou um conjunto de leis, entre as quais a Lei de Bases de Protecção da Criança (Lei nº 7/2008, de 9 de Julho), a Lei da Organização Jurisdicional de Menores (Lei nº 8/2008, de 15 de Julho) e a Lei sobre o Tráfico de Pessoas (Lei nº 6/2008, de 9 de Julho), e inseriu na Constituição da República de Moçambique (CRM) através dos artigos: 47, inerente aos Direitos da Criança (Constituição da República de Moçambique, 2008:22), 120 relativo à Maternidade e Paternidade e, o 121, sobre a Infância (Meneses, 2010).

Em ilação, a criança é um ser em desenvolvimento com necessidades específicas que devem ser atendidas para garantir seu pleno potencial. Sendo que este deve ser protegido através de um conjunto de políticas públicas eficazes e práticas sociais que respeitem seus direitos.

1.2.2. *Exclusão Social*

A exclusão social é uma questão social complexa que impacta diversas dimensões da vida de indivíduos e grupos sociais. Para Guerra (2012), a Exclusão Social é um processo caracterizado pelo afastamento de pessoas de todas as instâncias da vida social. Por ser, no entanto, um processo polissémico e bastante subjectivo, dificilmente há um consenso sobre o que realmente seria a Exclusão Social.

Segundo Castells (2003) citado em Meneses (2010), o fenómeno da exclusão social, apresenta de forma breve alguns conceitos que podem ser adjacentes a exclusão social, como o caso, dos conceitos de pobreza, miséria, polarização e desigualdade. Sendo que define:

- Pobreza - norma que estabelecida institucionalmente se refere a um nível de recursos abaixo do qual não é possível alcançar o padrão de vida mínimo aceite na sociedade e numa determinada época, tendo em conta a relação existente entre os rendimentos e o número de membros que constituem a família.
- Miséria – Castells, chama de miséria aquilo que as estatísticas sociais designam por pobreza extrema; ou seja, “o nível mais baixo de distribuição de rendimentos/bens ou o que alguns especialistas classificam como privação”, apresentando uma vasta gama de desvantagens sociais ou económicas.
- Polarização – processo específico de desigualdade em que o topo e a base da escala de distribuição de rendimento e de riqueza crescem mais rapidamente, relativamente à faixa intermédia da escala, provocando a sua diminuição e acentuadas disparidades sociais, entre as populações das duas extremidades.
- Desigualdade – apropriação diferenciada de rendimentos e bens por parte de distintos indivíduos e/ou grupos sociais que se relacionam entre si (Castells, 2003, p. 83-84 citado em Meneses, 2010, p. 58).

A exclusão social é caracterizada por desigualdades estruturais e históricas que se reflectem na pobreza, no acesso limitado à educação e na marginalização de grupos vulneráveis. Esses factores podem se manifestar de forma particularmente grave no

ambiente familiar, influenciando negativamente o desenvolvimento e o desempenho escolar das crianças (Guerra, 2012).

Tal como refere Telles (2004), a exclusão social é marcada por desigualdades estruturais e históricas, reflectidas na pobreza, na falta de acesso à educação e na marginalização de grupos vulneráveis. A exclusão social pode se manifestar de forma particularmente grave no ambiente familiar., e esta pode ser influenciada por factores socioeconómicos, culturais e regionais que podem exacerbar a exclusão de crianças.

A exclusão social e familiar pode resultar em problemas significativos de saúde mental e desempenho académico. Crianças que enfrentam exclusão podem desenvolver problemas de ansiedade, depressão e dificuldades de aprendizado, afectando suas oportunidades futuras e sua capacidade de integrar-se plenamente na sociedade (Human Rights, 2023).

Os efeitos da exclusão social na vida das crianças podem ser profundos e duradouros. A pesquisa de Ribeiro (2006) mostra que a exclusão social e familiar pode resultar em problemas significativos de saúde mental e desempenho académico. Crianças que enfrentam exclusão podem desenvolver problemas de ansiedade, depressão e dificuldades de aprendizado, afectando suas oportunidades futuras e sua capacidade de integrar-se plenamente na sociedade.

Na mesma linha de ideia, ressaltam Tavares e Silva (2011) que, a falta de apoio e incentivo familiar está associada a um desempenho académico inferior, o que pode limitar as oportunidades de futuro e perpetuar o ciclo de exclusão social.

Em ilação, pode compreender que a exclusão social afecta negativamente o desenvolvimento de uma criança, assim como de qualquer individuo. Pois, caracteriza-se pelo afastamento do individuo da vida familiar e cultural do mesmo.

Para os efeitos desta pesquisa, a exclusão social é compreendida como um processo que impede indivíduos ou grupos de participar plenamente da vida económica, social, cultural e educativa da sociedade. Trata-se de um fenómeno dinâmico e estrutural que resulta do afastamento progressivo das pessoas das instâncias fundamentais de integração social, tal como defendido por Guerra (2012), ao afirmar que a exclusão se caracteriza pelo distanciamento dos sujeitos das esferas centrais da vida colectiva.

1.2.3. *Família*

O conceito de família é tradicionalmente, é entendida como um grupo de indivíduos unidos por laços de sangue, casamento ou adoção, que compartilham um lar e se envolvem em relações de cuidado e apoio mútuo (Giddens, 2008).

Segundo Durkheim (1893), a família é uma instituição social fundamental que contribui para a coesão e a estabilidade da sociedade. Em sua obra, *A Divisão do Trabalho Social*, Durkheim (1893) argumenta que a família desempenha um papel crucial na socialização dos indivíduos e na transmissão de valores culturais e normas sociais.

Mead (1973), amplia essa definição ao observar que a estrutura e a função da família podem variar amplamente entre diferentes culturas e sociedades. Mead (1973) enfatiza que, apesar das diferenças culturais, a família desempenha um papel central na formação da identidade e na socialização dos membros.

Para Miceli (2002) a família deve ser entendida não apenas em termos de estrutura, mas também em termos de funções e relações interpessoais que sustentam o bem-estar dos seus membros. Segundo Miceli (2002), a família moderna pode incluir arranjos não tradicionais, como famílias monoparentais, famílias recompostas e casais sem filhos.

A compreensão do conceito de família é, portanto, dinâmica e contextualmente sensível, reflectindo as mudanças sociais e culturais ao longo do tempo, podendo esta ser operacionalizada também como família acolhedora e institucional.

Segundo ECA (1990), a família acolhedora constitui-se como uma modalidade de acolhimento familiar, na qual crianças em situação de risco são acolhidos por uma família previamente identificada e acompanhada pelas instituições envolvidas, com vista a oferecer um ambiente familiar mais próximo e acolhedor para os acolhidos, contribuindo para a sua socialização e desenvolvimento integral.

E a família institucional, segundo ECA (1990), pode ser definida como uma forma de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, onde são atendidos em unidades específicas, como casas de acolhimento ou instituições de cuidado. Esse tipo de acolhimento tem por objectivo garantir a protecção e o cuidado

integral dos indivíduos, oferecendo-os um ambiente seguro e acolhedor, sob a supervisão de profissionais qualificados.

1.2.4. Órfão

De acordo com a definição tradicional, um órfão é uma criança que ficou sem pai e mãe devido ao falecimento dos dois, ou apenas um deles, em alguns contextos. Órfão compreende a um indivíduo na idade compreendida entre os 0 a 18 anos cujo um ou ambos pais tenham morrido (MMAS, 2006, p. 10).

Segundo o dicionário da Real Academia Espanhola (2014), um órfão é uma criança que perdeu os pais, ou um dos pais. Mas, a condição de órfão não se limita apenas à ausência dos pais biológicos, mas também pode se referir à falta de cuidados e apoio emocional.

Destaca Miele (2007) que a orfandade tem implicações profundas no desenvolvimento emocional e psicológico das crianças. A perda dos pais pode causar traumas significativos e afectar a capacidade da criança de formar relacionamentos seguros e estáveis no futuro.

Segundo Moreira e Santos (2020), as condições socioeconómicas enfrentadas por crianças após a orfandade são determinantes cruciais de seu bem-estar físico, emocional e social. A perda de sustento, a ausência de uma rede de apoio familiar estável e a precariedade no acesso a serviços básicos como saúde, educação e moradia aumentam significativamente os riscos de exclusão, negligência e exploração.

Almeida et al. (2022), apontam que crianças órfãs tendem a enfrentar maior vulnerabilidade económica e social, especialmente quando inseridas em contextos marcados por desigualdade estrutural e ausência de políticas públicas eficazes. Essa vulnerabilidade se intensifica em situações onde não há planeamento institucional adequado para a substituição do cuidado parental, seja por meio de acolhimento familiar ou institucional.

De um modo geral, usa-se essa expressão para designar a condição social de uma criança cujo pai e/ou mãe faleceram ou abandonaram-na. Sendo também adoptado as locuções órfão de pai e órfão de mãe.

1.2.5. Serviço Social e o papel do assistente social no acolhimento institucional de crianças

O Serviço Social é uma profissão que se dedica ao atendimento de demandas sociais e à promoção de justiça e equidade. Netto (1991) e Kisnerman (1978), definem Serviço Social como uma nova profissão criada pelo capitalismo com o intuito de colocar em prática todas formas sociais de integração das pessoas num novo contexto de modelo societário.

O Serviço Social surgiu como uma resposta a essas questões sociais, buscando intervir e promover mudanças sociais através do apoio às populações vulneráveis. O Serviço Social, de acordo com CFESS (2021), é uma profissão comprometida com a promoção dos direitos humanos e a justiça social, actuando na intersecção entre o indivíduo e as estruturas sociais para melhorar as condições de vida e promover a inclusão social.

Segundo Iamamoto (2017), a questão social é uma manifestação das desigualdades económicas e sociais que emergem e se intensificam à medida que as estruturas sociais e económicas se desenvolvem. A questão social inclui problemas como pobreza, desigualdade, exclusão social e falta de acesso a direitos básicos como saúde, educação e moradia.

O assistente social desempenha um papel crucial na garantia de direitos, actuando como um intermediário entre os indivíduos e as políticas públicas, além de promover e assegurar o acesso a direitos fundamentais. A actuação dos assistentes sociais é guiada por princípios éticos e técnicos que visam a promoção da dignidade humana e a justiça social.

Tal como refere Reinaldo (2010), os assistentes sociais são agentes fundamentais na luta pela ampliação dos direitos sociais e na construção de políticas públicas que visem a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar social. Actuam na análise e na crítica das políticas existentes, contribuindo para a formulação e a implementação de políticas que atendam às necessidades da população em situação de vulnerabilidade.

Segundo Pimenta e Nascimento (2018), os assistentes sociais trabalham para empoderar os indivíduos, fornecendo informações e orientações sobre como acessar serviços e defender seus direitos

De acordo com Nascimento e Soares (2007), os assistentes sociais actuam em áreas como saúde, educação, assistência social e justiça, auxiliando a garantir que os indivíduos tenham acesso aos recursos e serviços de que necessitam para enfrentar suas dificuldades. Por exemplo, em contextos de pobreza extrema, os assistentes sociais podem ajudar os indivíduos a acessar programas de assistência social, saúde e educação, e a avançar pelos sistemas burocráticos que frequentemente podem ser complexos e desafiadores.

O assistente social, no âmbito de acolhimento e reintegração familiar de crianças, é responsável por realizar avaliações individuais e familiares para entender o contexto e as necessidades de cada criança ou adolescente acolhido. Segundo Costa (2012), essa avaliação é crucial para desenvolver um plano de intervenção que aborde tanto as necessidades imediatas quanto as de longo prazo das crianças. Sendo que, o acompanhamento contínuo permite ajustes no plano e garante que as intervenções sejam eficazes.

Segundo Lessa e Pires (2016), os assistentes sociais trabalham com as famílias para identificar e resolver problemas que possam ter contribuído para a situação de vulnerabilidade, como questões financeiras, abuso de substâncias ou violência doméstica. A intervenção preventiva visa fortalecer as habilidades parentais e melhorar as condições de vida, reduzindo assim a necessidade de acolhimento.

Ressalta Soares (2005), que ao privilegiar uma intervenção social com crianças baseada nos seus direitos possibilita, desse modo, destacar uma imagem social da criança enquanto sujeito de direitos e com acção social, decorrendo daqui a exigência de reservar espaços sociais de participação infantil. Para além do mais, possibilita reflectir na intervenção e investigação social com crianças de uma forma holística, onde se reconhece a equidade e interdependência dos direitos que lhe estão consagrados.

Para a pesquisa se compreende que a intervenção do assistente social em centros de acolhimento de crianças e adolescentes e na família é de crucial importância na prática profissional, pois, visa garantir o bem-estar e os direitos das crianças em situação de vulnerabilidade.

CAPÍTULO II – PLANO DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo é apresentado o plano de intervenção elaborado pelo pesquisador, com o propósito de enfrentar os problemas identificados no Lar Madre Maria Clara (LMMC), instituição que acolhe crianças órfãs. O plano visa contribuir para a melhoria das condições de vida e garantir os direitos sociais dessas crianças, através de actividades específicas que contemplam o diagnóstico, a sensibilização e o fortalecimento das capacidades institucionais e individuais.

Segundo Minayo (2004), o plano de intervenção representa um conjunto de acções sistematizadas, orientadas para transformar uma realidade social identificada como problemática, promovendo uma intervenção ética, participativa e fundamentada no conhecimento científico.

Constituem como actividades do plano de intervenção as seguintes:

- Diagnóstico Espacial e Institucional do LMMC;
- Encontros Participativos com as Crianças e membros das suas famílias;
- Sensibilização sobre a Exclusão Social das crianças órfãs.

2.1. Diagnóstico Espacial e Institucional do LMMC

Esta actividade consistiu na recolha de informações sobre a estrutura física e organizacional do Lar Madre Maria Clara, observando o espaço, os recursos disponíveis e os desafios enfrentados pelas crianças órfãs acolhidas. Esta acção foi essencial para compreender as condições de vida oferecidas pela instituição e identificar aspectos que interferem no bem-estar e desenvolvimento das crianças.

Conforme destaca Silva e Andrade (2021), a observação directa no espaço de vida permanece como um método fundamental na pesquisa social contemporânea, pois permite acessar elementos subjectivos e simbólicos da realidade que muitas vezes escapam às abordagens tradicionais. Esse tipo de observação possibilita uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais quotidianas, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Nesse sentido, Souza e Carvalho (2020) argumentam que o espaço não é apenas um cenário neutro onde ocorrem as relações sociais, mas um componente activo que

influencia e é influenciado pelas práticas sociais. Essa concepção dialoga com a ideia de que o espaço deve ser analisado como parte das estratégias de cuidado, protecção e socialização, sobretudo em contextos institucionais voltados ao acolhimento de crianças.

Os ambientes acolhedores, seguros e estimulantes contribuem significativamente para a reconstrução dos vínculos afectivos e o fortalecimento da auto-estima das crianças. Por outro lado, espaços marcados por insalubridade, rigidez ou negligência reforçam sentimentos de desamparo e exclusão (Ferreira & Lima, 2022).

Esta actividade tem como objectivo identificar os principais problemas enfrentados pelas crianças órfãs. A actividade foi realizada pelo pesquisador em conjunto com as responsáveis pelo Lar Madre Maria Clara, no qual o grupo alvo foram as crianças acolhidas pela instituição, tendo-se realizado durante um período máximo de 15 dias.

2.2. Encontros Participativos com as Crianças e membros das suas famílias

A segunda actividade envolveu sessões de escuta e reflexão com as crianças residentes no LMMC e alguns membros das suas famílias. O intuito foi criar um espaço participativo onde as crianças pudessem expressar suas percepções, sentimentos e experiências, ao passo que os familiares também trouxeram contribuições sobre os problemas enfrentados no processo de reintegração das crianças institucionalizadas.

De acordo com Ribeiro e Almeida (2020), o reconhecimento das vozes das crianças nos contextos institucionais é essencial para promover sua autonomia, fortalecer sua cidadania e garantir intervenções mais eficazes e humanizadas. Ao serem escutadas e levadas em consideração nas decisões que as afectam, as crianças deixam de ser vistas como objectos de protecção e passam a ser reconhecidas como sujeitos plenos de direitos, em conformidade com os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Esta actividade tem como objectivo promover o reconhecimento e a valorização dos direitos das crianças acolhidas, através de sessões de escuta activa e discussão sobre os desafios que enfrentam no seu quotidiano.

A actividade foi realizada pela pesquisadora com a participação activa das crianças residentes no LMMC e os seus familiares, tendo-se realizado durante um período máximo de 5 dias.

2.3. Sensibilização sobre a Exclusão Social das crianças órfãs

A terceira actividade visou sensibilizar os familiares das crianças órfãs institucionalizadas sobre o problema da exclusão social vivenciado pelas crianças. De acordo com Nogueira e Costa (2021), a qualificação e sensibilização contínua dos profissionais que atuam com crianças é um dos pilares para a superação de desigualdades estruturais que afectam a infância, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

A formação humanizada e crítica contribui não apenas para o aprimoramento das práticas institucionais, mas também para a construção de ambientes mais justos, inclusivos e afectivos.

Segundo Carvalho e Menezes (2020), os adultos que lidam directamente com crianças em situação de risco precisam estar preparados para reconhecer e enfrentar os múltiplos factores de exclusão que atravessam a vida dessas crianças. Isso exige uma abordagem interseccional, que considere género, classe, etnia e outros marcadores sociais, além de promover relações baseadas no respeito, escuta e cuidado.

Esta actividade tem como objectivo garantir a salvaguarda dos direitos e das políticas sociais que as crianças devem usufruir, por meio da sensibilização das partes envolvidas no acolhimento.

A actividade foi realizada pelo pesquisador com a participação dos profissionais do Lar Madre Maria Clara, no qual, o grupo alvo foram às crianças, os familiares das crianças órfãs institucionalizadas e os responsáveis pela instituição de acolhimento, tendo se realizado durante um período mínimo de 30 dias.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

3.1. Natureza da pesquisa (quanto a abordagem)

Trata-se de uma abordagem qualitativa. Pois permite olhar a totalidade e não aspectos isolados do assunto que se pretende estudar, e tem melhor enquadramento no que tange à matéria contida na literatura.

Segundo Gil (2008), a pesquisa qualitativa visa descrever, interpretar, explicar e avaliar situações constatadas no campo, ou seja, abordagem qualitativa tem como objectivo estabelecer uma relação entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Neste estudo pretendemos compreender os factores por detrás da exclusão social da criança órfã no meio familiar, buscando descrever e analisar as principais causas da exclusão de crianças órfãs que são acolhidas pelo Lar Madre M. Clara de Mumemo.

3.2. Tipo de pesquisa

É uma pesquisa bibliográfica, descritiva e de campo. Segundo Trivinos (1987), a pesquisa descritiva é aquela que descreve com exactidão os fatos e fenómenos de determinada realidade. Esta pesquisa permite que o investigador, em função do objecto e dos objectivos da pesquisa, correlacione todas as informações em busca da validade da mesma.

O estudo pretende descrever os factores que levam à exclusão social das crianças acolhidas no Lar Madre M. Clara de Mumemo, analisando o processo de acolhimento de crianças órfãs no Lar Madre M. Clara de Mumemo, as causas que levaram a exclusão das crianças no meio familiar e as estratégias que o centro de acolhimento tem utilizado para que estas sejam novamente integradas nas suas famílias.

A pesquisa bibliográfica, refere-se a todas fontes secundárias e/ou bibliografia pública a respeito de um dado tema em estudo, nomeadamente: jornais, livros, teses, boletins, revistas, etc. Com o fim de colocar o pesquisador num contacto directo com todas fontes escritas sobre o assunto do seu interesse (Marconi e Lakatos, 2003). Visto que as informações nela contida foram extraídas em livros, artigos, publicações e documentos devidamente colocados ao dispor do público.

Nesta pesquisa foi revisitado outros estudos científicos na mesma área. Para tal foi pesquisado nas bibliotecas e internet todos estudos na área de exclusão social e integração social para melhor compreensão e análise do problema da pesquisa.

A pesquisa de campo, de acordo com Gil (2008), consiste numa modalidade de investigação que tem como propósito principal obter informações directamente da realidade estudada, tal como ela se apresenta no seu contexto natural. A pesquisa de campo é uma estratégia metodológica que permite ao investigador aproximar-se da realidade empírica, recolhendo dados directamente do local de ocorrência da questão social, o que contribui para uma compreensão mais rigorosa, contextualizada e coerente dos factos estudados.

3.3. Método de pesquisa

Quanto ao método, foi utilizado o estudo de caso, por se tratar de uma estratégia de investigação que permite uma análise aprofundada e detalhada de um fenómeno contemporâneo inserido no seu contexto real. Segundo Yin (2015), o estudo de caso é particularmente adequado quando se pretende investigar “como” e “por que” determinado fenómeno ocorre, sobretudo quando o pesquisador possui pouco controlo sobre os acontecimentos e quando o foco está em situações da vida real. Assim, este método permite uma compreensão holística da realidade estudada, contribuindo para a produção de conhecimentos mais consistentes e contextualizados.

Deste modo, a adopção do método de estudo de caso mostrou-se adequada para compreender a realidade do fenómeno analisado, permitindo identificar os factores que o influenciam e fornecer subsídios teóricos e empíricos que possam contribuir para a reflexão e melhoria das práticas institucionais e sociais relacionadas ao tema em estudo. Ou seja, o estudo de caso possibilitou analisar o problema em pesquisa, descrevendo e interpretando as suas causas, manifestações e implicações sociais da exclusão social de crianças, sem a pretensão de generalização estatística, mas com elevado valor analítico e interpretativo.

3.4. População e Amostra

Para Marconi e Lakatos (2001), universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. Na pesquisa

o universo é composto por 80 crianças acolhidas no Lar Madre M. Clara de Mumemo no período de 2021 à 2024 e 3 Assistentes Sociais do Lar.

A amostra é a parte da população ou do universo, seleccionada de acordo com uma regra ou plano. Na pesquisa a amostra foi composta por 26 elementos, dos quais 25 são crianças institucionalizadas, sendo que 10 do sexo feminino e 15 do sexo masculino, com idades compreendidas dos 8 a 17 anos de idade; e 1 Assistente Social da instituição.

Quanto ao tipo de amostragem, foi aplicado o não probabilístico do tipo intencional, integrando-se os sujeitos-tipos que definem a pesquisa. Segundo Gil (2008, p. 94), “consiste em seleccionar um subgrupo da população tendo como base as informações disponíveis para que possa ser considerado como representativo da população”.

3.5. Instrumentos de recolha de dados

Para a realização da presente pesquisa, foram usados três instrumentos de recolha de dados, que são: A Observação simples, a Entrevista Semi-estruturada e o Diário de campo.

Segundo Gonçalves (2004), observação é uma técnica que permite apreender os comportamentos e os acontecimentos no próprio momento em que se desenrolam e no processo intersubjectivo e subjectivo. Permite ao investigador observar as pessoas de forma a ver em que situação se encontra e como nelas comportam.

A entrevista é, portanto, uma forma de interacção social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca colectar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2008).

A entrevista semi-estruturada, segundo Marconi e Lakatos (2003), consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo acto social como conservação. Ela permite a interacção face a face do investigador e do investigado, com o objectivo de obter informações de um determinado tema e é feita de forma organizada.

As entrevistas foram feitas as 25 crianças órfãs que se encontram excluídas do seu meio familiar, estando acolhidas no Lar Madre M. Clara de Mumemo. Como também foram feitas a (1) uma Assistente Social da instituição.

A observação foi aplicada para a observar a forma de interacção das crianças com seus familiares, captar as expressões e reacções que não podem ser ditas por palavras pelo grupo – alvo, de modo a compreender e analisar de os factores que tem influenciado para a exclusão no seio familiar.

A entrevista semi-estruturada permitiu ao pesquisador colher informações fornecidas pela população que compreende a pesquisa com maior consistência na medida em que interagiu livremente com os entrevistados, a fim de obter informação com maior qualidade referente aos factores que levaram a exclusão no seio familiar das crianças órfãs.

O diário de campo, segundo Gil (2008), é um meio que possibilita ao investigador documentar informações que, muitas vezes, não podem ser captadas por técnicas formais, como entrevistas ou questionários, pois envolve elementos subjectivos, expressões não verbais, comportamentos espontâneos e detalhes contextuais. Assim, o diário funcionou não apenas como um repositório de dados, mas também como um espaço de reflexão crítica, onde a pesquisadora analisa o significado das interacções e identifica aspectos que possam enriquecer a interpretação final dos dados.

3.6. Análise e tratamento de dados

Para a análise e tratamento de dados recorreu-se ao modelo proposto por Laville e Dionne (1999), o qual é amplamente utilizado em pesquisas qualitativas por oferecer um processo sistemático e rigoroso de organização e interpretação das informações recolhidas. De acordo com Laville e Dionne (1999), o processo analítico desenvolve-se em quatro etapas fundamentais: leitura exhaustiva dos dados, fase consiste na leitura cuidadosa de todas as informações recolhidas; descrição, envolve a identificação e o registo sistemático dos conteúdos mais relevantes; agrupamento temático ou categorização, os dados são agrupados por temas, categorias ou assuntos, conforme sua semelhança e pertinência para os objectivos do estudo; interpretação e síntese dos dados, os dados agrupados são interpretados à luz do referencial teórico e dos objectivos da pesquisa.

Assim, todo o tratamento dos dados foi realizado seguindo estas etapas, com o intuito de garantir uma análise rigorosa, coerente e alinhada com o propósito científico da pesquisa. O modelo de Laville e Dionne (1999) possibilitou organizar informações, reduzir a dispersão dos dados e construir interpretações consistentes e fundamentadas.

3.7. Validade e fiabilidade dos resultados

Para assegurar a validade e a fiabilidade dos resultados, recorreu-se a procedimentos metodológicos adequados ao rigor científico exigido pela pesquisa. No que se refere à validade, adoptou-se a triangulação metodológica, que consiste na utilização de múltiplas técnicas de recolha de dados com o propósito de obter uma compreensão mais abrangente e consistente do problema estudado.

De acordo com Denzin (1978), triangulação é o uso de múltiplos métodos, fontes de dados, teorias ou investigadores para estudar um mesmo fenómeno. Para o autor, a lógica da triangulação assenta-se na ideia de que a combinação de diferentes perspectivas reduz a possibilidade de equívocos e fortalece a robustez das conclusões.

No que diz respeito à fiabilidade, esta foi assegurada por meio da aplicação do método test-retest, o qual consiste em aplicar o mesmo instrumento de recolha de dados ao mesmo grupo de participantes em dois momentos distintos. Este procedimento permite verificar a estabilidade e consistência das respostas ao longo do tempo.

3.8. Aspectos éticos da pesquisa

Como forma de preservar e respeitar os preceitos inerentes a ética numa pesquisa, foram salvaguardados os seus direitos destas (crianças) enquanto entrevistados e/ou grupo alvo, onde pressupõe-se que predomine o sigilo entre as partes (pesquisador vs entrevistado), obedecendo o consentimento informado, onde o entrevistado foi elucidado sobre como vai decorrer o processo de modo que este permita e esteja a par da intervenção sobre si e não só. Deste modo, o pesquisador tem de evitar criar cenários ou perguntas que possam constranger ao grupo alvo, pois as transgressões desses princípios podem influenciar na adulteração dos resultados reais esperados na pesquisa.

A aplicação das entrevistas as crianças foram feitas com a autorização dos responsáveis dos mesmos, tendo também em consideração a disposição e disponibilidade da própria criança para fazer parte da pesquisa.

3.9. Constrangimentos

Durante o desenvolvimento da presente investigação, verificaram-se alguns constrangimentos que influenciaram o processo de recolha de dados e o cumprimento do cronograma inicialmente previsto. O principal constrangimento relacionou-se com a necessidade de obter a aprovação formal da instituição para a realização da recolha de dados junto às crianças acolhidas. Por se tratar de um grupo considerado vulnerável, a autorização institucional exigiu um processo rigoroso de avaliação ética e administrativa, implicando a apresentação detalhada dos objectivos da pesquisa, das técnicas a serem utilizadas e das garantias de protecção e confidencialidade dos participantes.

Este procedimento, embora necessário para salvaguardar os direitos e o bem-estar das crianças, resultou num atraso significativo no início da recolha de dados, uma vez que a instituição precisou de tempo adicional para analisar e validar o pedido. Apesar deste constrangimento, a autorização foi posteriormente concedida, permitindo a continuidade do estudo e garantindo que a pesquisa respeitasse os princípios éticos fundamentais, especialmente no que diz respeito ao tratamento de informações sensíveis e à protecção dos menores envolvidos.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

Após a apresentação dos procedimentos metodológicos, neste capítulo é dedicado a apresentação e discussão dos dados recolhidos no campo e os resultados. É apresentado neste capítulo a descrição do perfil sociodemográfico dos entrevistados, seguido pela apresentação e análise dos resultados do trabalho de campo e as actividades implementadas no âmbito do plano de intervenção.

4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

Este subcapítulo apresenta o perfil sociodemográfico dos entrevistados. As entrevistas foram concedidas à 25 crianças, dos quais 10 do sexo feminino e 15 do sexo masculino, com idades compreendidas dos 8 a 17 anos de idade acolhidas no Lar Madre M. Clara de Mumemo no período de 2021 à 2024.

Em relação ao nível de escolaridade, das entrevistas constatou-se que, vinte e dois (22) crianças entrevistadas encontram-se a frequentar o nível secundário (de 7º Classe a 12º Classe) e três (3) crianças entrevistadas estão a frequentar o nível básico (3º Classe).

No tange ao assistente social da instituição, esta assume o papel de directora da instituição, assim como actuam directamente nos processos de acolhimento, acompanhamento psicossocial e reintegração das crianças.

4.2. Principais Causas da Exclusão das Crianças Acolhidas no Lar Madre Maria Clara no Meio Familiar

A exclusão social de crianças é uma realidade preocupante em diversos contextos africanos, particularmente em Moçambique, onde os factores estruturais de pobreza, desigualdade, instabilidade familiar e violência contribuem significativamente para o afastamento de menores do seio familiar.

Segundo Castells (2001), exclusão social é um processo pelo qual indivíduos ou grupos são sistematicamente impedidos de acessar os direitos, recursos e oportunidades fundamentais que lhes permitiriam participar plenamente da vida económica, social,

política e cultural. No caso das crianças, essa exclusão ganha contornos ainda mais graves, pois compromete o desenvolvimento integral e a dignidade da infância.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), as crianças têm direito a crescer em um ambiente familiar, seguro e afectivo, que promova seu bem-estar físico e emocional. O artigo 9.º da Convenção estabelece que nenhuma criança deve ser separada de seus pais contra a sua vontade, excepto quando tal separação for necessária no melhor interesse da criança, como em casos de negligência, maus-tratos ou quando os pais não estão aptos para cuidar do menor. No entanto, na prática moçambicana, essa separação frequentemente ocorre em contextos marcados por pobreza extrema, orfandade e disfuncionalidade familiar.

As entrevistas realizadas com as crianças acolhidas no Lar Madre Maria Clara evidenciaram que a maioria delas foi afastada do convívio familiar em virtude de situações de orfandade, abandono e negligência. Muitas relataram histórias de perda parental por morte, outras descreveram situações de maus-tratos físicos e psicológicos, abandono por parte dos cuidadores ou condições insustentáveis de vida em seus lares de origem.

“Minha mãe e meu pai morreram, fiquei com minha avó, mas ela é cega e não tinha como cuidar de mim.” (João ¹A, 13 anos)

“Meus pais faleceram e o meu tio veio me deixar aqui.” (João B, 17 anos)

“Vivia com meus tios, era maltratada e abusada quase todos os dias. Sempre que fazia algo errado me colocavam de castigo.” (Maria A, 12 anos)

Esses testemunhos revelam realidades de extrema vulnerabilidade que ultrapassam a capacidade de protecção da família extensa, muitas vezes sobrecarregada por questões económicas e sociais. A criança é, nesse contexto, a mais afectada pela precariedade dos vínculos e das estruturas de apoio familiar.

¹ João e Maria são nomes fictícios. João é atribuído aos entrevistados do sexo masculino e Maria do sexo feminino.

A pobreza aparece como o principal factor estruturante da exclusão social das crianças. Em Moçambique, onde mais de 60% da população vive abaixo da linha da pobreza (INE, 2023), muitas famílias enfrentam dificuldades para prover alimentação, moradia, saúde e educação. Essa precariedade repercute directamente no abandono e negligência infantil.

“Estou aqui porque sou órfão de pai e minha mãe não tem condições financeiras para pagar a escola e alimentação.” (João C, 16 anos)

“Vim para aqui porque minha tia não tem condições para cuidar de mim, fui abandonada pelos meus pais.” (Maria B, 12 anos)

“Algumas famílias trazem os filhos e dizem que não conseguem mais cuidar. Achem que no Lar eles terão escola e comida, coisas que não podem dar.” (Assistente Social do LMMC)

Segundo Waal (2010), a pobreza extrema reduz drasticamente a capacidade das famílias de proteger seus filhos, aumentando o risco de abandono, trabalho infantil e violência doméstica. As famílias acabam, muitas vezes, vendo a institucionalização como uma alternativa viável ou mesmo desejável, por considerarem que os lares oferecem melhores condições do que aquelas disponíveis no meio familiar.

Minuchin (1982) afirma que as famílias saudáveis são aquelas que conseguem se adaptar às mudanças externas e internas, preservando sua estrutura e promovendo o bem-estar dos membros. Porém, em contextos marcados por desemprego, violência doméstica, dependência química, entre outros, muitas famílias se tornam disfuncionais. Quando isso ocorre, as crianças muitas vezes se tornam invisíveis, negligenciadas ou completamente abandonadas, o que configura uma falência do sistema em prover protecção e cuidado.

As profissionais do Lar corroboram as informações dadas pelas crianças e apresentam uma visão abrangente dos factores que levam à institucionalização. Segundo elas, as principais causas de acolhimento são:

- Morte dos pais (frequentemente em decorrência de doenças crónicas ou acidentes);
- Abandono parental ou familiar;

- Negligência grave, incluindo falta de alimentação, higiene e segurança;
- Abusos físicos, emocionais e sexuais;
- Situações de rua ou ausência de moradia.

“Recebemos crianças em diversas situações, muitas por orfandade e algumas foram por negligência e abandono por parte dos parentes. É uma realidade dolorosa” (Assistente Social do LMMC).

“Muitas das crianças que estão aqui são órfãs e os familiares próximos não querem cuidar, mas algumas os pais os trazem e dizem que não conseguem mais cuidar. Achem que no Lar eles terão escola e comida, coisas que não podem dar” (Assistente Social do LMMC).

A orfandade é uma questão preocupante na continuidade da protecção das crianças, impulsionado por doenças, acidentes e, em alguns casos, conflitos. Embora tradicionalmente a família extensa exerça um papel importante na protecção das crianças órfãs, o aumento da precariedade económica tem fragilizado esse arranjo. Tios, avós e outros parentes frequentemente recusam-se a assumir a guarda, seja por falta de condições ou por desinteresse.

Essa realidade demonstra a insuficiência de uma política de protecção social robusta, que poderia actuar de forma preventiva, fortalecendo as famílias e comunidades para que possam cumprir seu papel de protecção e cuidado da infância.

Esse desgarramento dos vínculos familiares desafia o modelo de assistência baseado na comunidade e reforça a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da rede familiar, conforme recomendado pela Convenção dos Direitos da Criança (1989), que destaca o papel central da família no cuidado infantil.

“Meu tio veio me deixar aqui porque não tinha onde ficar quando os meus pais faleceram.” (João D, 14 anos)

“Quando minha mãe morreu, meu pai veio me deixar aqui por que não queria ficar comigo.” (João E, 16 anos)

Dentro da perspectiva sistêmica, a criança é vista como um subsistema que depende directamente do cuidado e da regulação emocional dos adultos. Quando esse subsistema

é desprovido de apoio, ocorre o que Cecchin, Boscolo, Hoffman e Penn (1994) chamam de ruptura do ciclo relacional, onde o afecto, a segurança e a identidade são comprometidos. Crianças órfãs e abandonadas tendem a desenvolver padrões de insegurança emocional, dificuldades de apego, baixa auto-estima e desconfiança em relação aos outros sistemas com os quais interagem.

“Não foi fácil para me adaptar aqui, longe da minha família” (Maria B, 14 anos).

“Fiquei triste, não queria estar aqui, queria estar com os meus pais em casa.” (João F, 13 anos)

“Senti-me acolhido quando cheguei aqui, mas triste por não estar na minha casa com meus irmãos” (Maria C, 12 anos)

Ao serem retiradas da família por motivo de orfandade ou abandono, as crianças passam a viver em novos sistemas, como instituições de acolhimento, que tentam suprir minimamente as funções afectivas e protéticas da família. No entanto, mesmo bem estruturadas, essas instituições não substituem integralmente a função do sistema familiar.

Segundo Rizzini e Butler (2003), o acolhimento institucional, quando prolongado, pode reforçar sentimentos de despersonalização e insegurança, uma vez que os vínculos afectivos estabelecidos com cuidadores são frequentemente interrompidos por trocas de equipa, excesso de rotinas e ausência de individualização. Assim, a criança permanece em constante estado de transição, sem pertencimento claro a nenhum sistema estável.

“Queria ficar com minha família, mas me deixaram aqui no Lar para viver aqui” (Maria D, 12 anos).

“Minha mãe ficou sozinha em casa, queria estar com ela mas estou aqui no lar.” (Maria E, 15 anos)

A exclusão social das crianças acolhidas no meio familiar é, portanto, uma exclusão da possibilidade de participação, são privadas da convivência familiar, mas também da escuta, da expressão de seus desejos e da tomada de decisões sobre seus rumos.

Segundo Bordenave (1983), participação é a capacidade do sujeito de se envolver activamente nas decisões que afectam sua vida, de maneira consciente e transformadora.

E para que o desenvolvimento saudável da criança é necessário que esta seja escutada e dada a possibilidade de também participar na tomada de decisões em torno das coisas que possam afectar a sua vida, de modo a permitir que os diferentes sistemas que influenciam a vida e o desenvolvimento da criança não sejam rompidos.

De acordo com Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento infantil ocorre por meio de sistemas ecológicos interligados: o microssistema (família, escola), o mesossistema (interacções entre os microssistemas), o exossistema (condições socioeconómicas e políticas públicas) e o macrossistema (valores culturais e normas sociais). Quando vários desses sistemas falham, aumenta-se a probabilidade de que crianças sejam deixadas à margem da protecção e do cuidado.

4.3. Processos de Acolhimento de Crianças no Lar Madre Maria Clara de Mumemo

A institucionalização de crianças, em contextos de risco e vulnerabilidade, é uma medida extrema que visa assegurar a protecção integral de seus direitos quando estes não podem ser garantidos em seu meio familiar. Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), toda criança tem o direito de viver em família, crescer com afecto, protecção e segurança, sendo a separação dos pais justificada apenas quando for do seu melhor interesse. A institucionalização, portanto, deve ser entendida como uma medida excepcional e temporária, utilizada quando não houver possibilidade de convivência segura com a família.

A instituição de acolhimento pode ser compreendida como um sistema aberto que interage com sistemas externos (famílias, escolas, tribunais, serviços de saúde, entre outros) e internos (crianças, técnicos, educadores, rotinas e normas). Tal como refere Bertalanffy (1950), de que todo sistema é um conjunto de elementos interdependentes que interagem entre si em busca de equilíbrio e adaptação ao meio.

Neste sentido, o Lar Madre Maria Clara funciona como um subsistema dentro de um sistema maior de protecção à infância, e o processo de acolhimento deve ser entendido

como uma engrenagem desse sistema, exigindo comunicação eficaz, coordenação e flexibilidade para responder às demandas complexas da criança em situação de risco.

Os dados das entrevistas com as técnicas da instituição revelam que o acolhimento segue um conjunto de etapas sistematizadas, que envolvem entrada, integração, desenvolvimento e, sempre que possível, reintegração familiar ou social. Ou seja:

- Encaminhamento da criança por uma autoridade competente ou familiar desta;
- Avaliação preliminar do caso e levantamento da história de vida;
- Integração gradual da criança ao Lar, com apoio emocional e social;
- Elaboração de um Plano Individual de Atendimento;
- Acompanhamento psicossocial contínuo e envolvimento em atividades educativas, culturais e lúdicas.

O ponto inicial do processo de acolhimento é o encaminhamento da criança por uma autoridade ou na maioria das vezes por familiares da criança. O sistema institucional se mobiliza para receber a criança com atenção e dignidade. Há uma avaliação inicial das condições de saúde física e emocional, e um historial é criado contendo os dados disponíveis sobre sua origem, histórico familiar e situação de risco. Este momento é considerado crítico, pois o primeiro contacto pode gerar medo, desconfiança ou retraimento.

Essa etapa inicial, segundo a literatura (Buzzi, 2015), é crucial para estabelecer uma relação de confiança com a criança, que frequentemente chega em estado de medo, confusão ou retraimento. O acolhimento não pode ser apenas físico, mas emocional, simbólico e social. Deve criar um ambiente de segurança afectiva que contraponha os traumas da vivência anterior.

Após o acolhimento inicial, inicia-se a etapa de avaliação psicossocial da criança. Esta avaliação envolve o levantamento de informações sobre a sua história de vida, seus vínculos familiares, condição de saúde, estado emocional e habilidades escolares. Com base nessas informações, a equipa multidisciplinar do Lar elabora o plano individual de atendimento.

O plano individual de atendimento é um instrumento que organiza e orienta as acções a serem desenvolvidas com cada criança durante sua permanência na instituição.

Estabelece metas de desenvolvimento pessoal, escolar, emocional e, quando possível, traça estratégias para reintegração familiar ou social.

“O plano individual de atendimento é essencial porque cada criança tem uma história diferente. Algumas têm oportunidade de voltar à família, outras precisam de alternativas como famílias substitutas.” (Assistente Social do LMMC)

Esse plano não é apenas técnico, mas precisa ser construído com a participação da própria criança, na medida em que ela esteja apta a se expressar. Bordenave (1983) defende que a transformação de uma realidade social só pode ser genuína quando os sujeitos envolvidos têm voz activa no processo. Assim, a criança deve ser incentivada a participar das decisões que dizem respeito ao seu futuro, rompendo com uma lógica assistencialista que a coloca apenas como objecto de protecção.

Um dos desafios centrais do processo de acolhimento é a integração da criança à nova realidade institucional. Ao chegar ao LMMC, a criança depara-se com um ambiente estranho, com rotinas rígidas, regras a cumprir e convivência com outras crianças que também vivem em situação de dor e perda.

Esse momento exige sensibilidade e dedicação por parte dos educadores e técnicos, que precisam acolher a criança de maneira empática, escutando suas angústias e respeitando seus ritmos. Como afirmam Rizzini e Butler (2003), a institucionalização muitas vezes representa uma nova ruptura para a criança, e não uma solução imediata para seus problemas.

“Quando cheguei, senti medo e falta do meu pai. Mas depois as tias aqui me ajudaram e fiz amigos.” (João G, 15 anos)

“Fui bem recebido quando cheguei aqui no centro. No início foi difícil, depois me acostumei.” (João H, 15 anos)

As actividades diárias no Lar incluem estudo, alimentação, recreação, acompanhamento psicológico, momentos de espiritualidade, e convivência comunitária. Há um esforço para proporcionar à criança uma vivência o mais próxima possível de uma estrutura familiar.

“Tenho conversado com minha irmã mais velha via telefone, as vezes tem vindo aqui me visitar” (Maria F, 13 anos)

“Meu pai tem vindo – me visitar aos finais de semana” (João I, 15 anos)

“Tenho mantido contacto com os meus irmãos e tios.” (Maria G, 16 anos)

O acolhimento institucional só é eficaz se mantiver relações estruturadas com os sistemas externos: família, escola, sistema de saúde, vizinhança, comunidade, etc. Essa interação visa garantir que a criança continue integrada à sociedade, mesmo durante o acolhimento. As crianças são matriculadas na escola, têm acesso a serviços de saúde e, quando possível, recebem visitas familiares. Isso contribui para que o acolhimento não se transforme em confinamento, mas num processo de transição, reconstrução de laços e inclusão das crianças no ambiente social.

“Vou a escola e estou a frequentar a nona classe. Também tenho feito trabalhos domésticos aqui no lar.” (João J, 15 anos)

“Estou a estudar, estou na sétima classe. Mas não gostaria de concluir os estudos aqui, queria concluir na escola perto da casa dos meus pais”.
(Maria H, 12 anos)

Essa lógica de integração activa com o meio externo também é coerente com o conceito de equilíbrio sistêmico, proposto por Bertalanffy (1971), no qual os sistemas só se mantêm funcionais se conseguirem adaptar-se às exigências do ambiente e transformar seus próprios componentes em resposta às mudanças externas. Um acolhimento que isola a criança, mesmo que lhe ofereça protecção física, falha no seu objectivo de prepará-la para a vida em sociedade, ou seja, a não exclusão dessa.

O processo de acolhimento no Lar Madre Maria Clara de Mumemo é um esforço institucional para garantir a protecção integral de crianças em situação de vulnerabilidade familiar, articulando acolhimento físico, emocional e social. No entanto, esse processo só é verdadeiramente transformador quando considera a criança como protagonista e não apenas beneficiária.

4.4. Estratégia Utilizada pelo Lar Madre Maria Clara para a Reintegração Familiar das Crianças Acolhidas

O processo de reintegração e inclusão familiar das crianças acolhidas representa um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições de acolhimento, sobretudo em contextos marcados por desigualdade social, pobreza estrutural e fragilidade dos vínculos familiares.

A reintegração é entendida como a etapa final de um ciclo de acolhimento que se inicia com a retirada da criança de um ambiente de risco ou vulnerabilidade e culmina no seu retorno à vida familiar ou, quando não possível, na integração a uma família substituta ou comunidade acolhedora.

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), em seu artigo 20.º, toda criança que seja temporariamente ou permanentemente privada de seu ambiente familiar tem direito à protecção e assistência especiais do Estado, sendo prioridade a manutenção ou restauração dos vínculos familiares. A separação da criança de sua família deve ser sempre uma medida excepcional e, uma vez aplicada, deve-se trabalhar desde o início do acolhimento para viabilizar o seu retorno, desde que garantidas condições mínimas de segurança, afecto e apoio.

No contexto do Lar Madre Maria Clara, as assistentes sociais reconhecem que a reintegração familiar deve ser vista não apenas como um retorno físico da criança à sua casa de origem, mas como um processo complexo de reconstrução de vínculos, resgate da confiança mútua e reorganização dos papéis familiares. Isso exige um conjunto de estratégias planeadas e individualizadas, orientadas por princípios técnicos e éticos, e sempre com o envolvimento directo da criança e de sua família.

No Lar Madre Maria Clara constatou-se que, ponto de partida para qualquer estratégia de reintegração é o levantamento da história de vida da criança, com especial atenção ao seu histórico familiar, às causas da institucionalização e à existência de vínculos afectivos ainda preservados com membros da família extensa (avós, tios, irmãos).

“Tenho contacto com a minha tia.” (Maria I, 12 anos)

“Apenas tenho contacto com a minha mãe, mas com pouca frequência.”
(Maria J, 12 anos)

Essa etapa é realizada logo após o acolhimento, durante a elaboração do plano individual de atendimento, que serve como documento orientador de todas as acções desenvolvidas com a criança.

“Buscamos mapear todas as pessoas que já cuidaram da criança: avó, tia, irmã, vizinha. Às vezes há uma figura de referência que pode ajudar no processo de reintegração” (Assistente Social LMMC).

Segundo Silva (2017), o mapeamento familiar é essencial para identificar não apenas a existência de vínculos biológicos, mas também os vínculos afectivos e de cuidado, que muitas vezes são mais significativos na trajetória da criança.

Uma das estratégias mais relevantes adoptadas pelo Lar é o acompanhamento das famílias de origem ou substitutas. Esse acompanhamento envolve visitas domiciliares, entrevistas, orientação familiar e desenvolvimento de competências parentais. O objectivo é preparar a família para reassumir e incluir a criança de forma segura e consciente, minimizando os riscos de novas situações de abandono ou negligência e exclusão do meio familiar.

Tal como refere Bazon (2008), o fortalecimento das habilidades sociais e parentais é um dos factores que mais contribuem para o sucesso da reintegração familiar. Quando as partes conseguem se comunicar com clareza e respeitar os limites e necessidades do outro, as oportunidades de uma convivência estável aumentam significativamente.

De acordo com as assistentes sociais entrevistadas, muitas famílias enfrentam múltiplas dificuldades, como desemprego e baixa escolarização. Essas condições em alguns casos comprometem a capacidade de cuidado e protecção e levando a exclusão das crianças acolhidas LMMC.

“Não se trata só de devolver a criança para casa. É preciso preparar a família para acolher, cuidar, educar e amar de novo” (Assistente Social LMMC).

Segundo Amorim (2015), o trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade deve ser pautado por uma abordagem empática, não punitiva, que reconheça a complexidade da pobreza e da exclusão social, e que promova o empoderamento dos cuidadores para o exercício da parentalidade.

Após o início do acompanhamento da família, são programadas visitas monitoradas, nas quais a criança retorna ao seu ambiente familiar por períodos curtos, sob supervisão dos assistentes do LMMC. Essas visitas têm como objectivo observar o comportamento da criança, a qualidade da interacção com os familiares e a receptividade do ambiente.

Com base no que se observa nas visitas, o plano de reintegração pode ser mantido, reformulado ou suspenso, sempre com base no princípio do melhor interesse da criança. Segundo Rizzini e Butler (2003), a convivência familiar é fundamental para que a criança resgate a sensação de pertencimento e identidade, elementos essenciais para sua estabilidade emocional.

Um aspecto fundamental das estratégias do Lar Madre Maria Clara é a participação activa da criança no processo de reintegração. A criança é escutada em todas as etapas, tem espaço para expressar seus sentimentos e opiniões e é informada sobre o que está sendo planeado para sua vida.

De acordo com Sarmiento (2003), a criança deve ser reconhecida como actor social competente, com capacidade de interpretação, acção e decisão sobre aspectos da sua vida. Ainda que o adulto continue sendo responsável pela protecção e orientação, isso não anula a voz da criança, que deve ser incorporada como parte do processo de construção das decisões.

“Tenho falado com as tias do Lar sempre que há algo que não estou a gostar ou quando tenho alguma inquietação sobre a família” (Maria K, 14 anos).

“Quando tenho algum problema comunico as pessoas daqui do lar para resolver.” (João K, 16 anos)

A participação activa da criança está associada à abordagem centrada na criança, segundo a qual o bem-estar infantil deve ocupar o centro das políticas, práticas e decisões relacionadas à infância. Lansdown (2005), que argumenta que a escuta da criança não apenas reforça sua auto-estima e pertencimento, mas também melhora a qualidade das decisões tomadas pelos adultos, tornando-as mais eficazes e ajustadas às reais necessidades da criança.

Nesse sentido, a escuta activa contribui para o fortalecimento da autonomia, do senso de identidade e da capacidade crítica da criança. Kellett (2010) afirma que, ao serem ouvidas, as crianças desenvolvem habilidades de reflexão, negociação e tomada de decisão, aspectos essenciais para sua inclusão social.

O LMMC desenvolve acções de acompanhamento pós-reintegração durante, no mínimo, seis meses após o retorno, podendo se estender conforme a complexidade do caso. Esse acompanhamento envolve visitas periódicas, escuta dos cuidadores e da criança, e articulação com os serviços comunitários para garantir apoio continuado.

Esse acompanhamento é essencial para prevenir a reincidência da institucionalização, uma realidade comum devido à fragilidade das redes de apoio e à falta de políticas públicas efectivas. Segundo UNICEF (2021), cerca de 30% das crianças reintegradas retornam às instituições por falta de apoio continuado.

As estratégias de reintegração e inclusão familiar utilizadas pelo Lar Madre Maria Clara de Mumemo evidenciam um compromisso com o desenvolvimento integral da criança, respeitando seu direito à convivência familiar e comunitária. Por meio de acções articuladas, como o mapeamento familiar, o acompanhamento psicossocial, as visitas monitoradas e a escuta activa da criança, a instituição constrói caminhos possíveis de retorno ao convívio afectivo e social.

No entanto, esses esforços enfrentam desafios, como a ausência de políticas públicas estruturadas, escassez de recursos humanos e materiais, e fragilidade das redes de apoio social. Para que a reintegração seja verdadeiramente efectiva e duradoura, é necessário que o Estado invista nas políticas intersectoriais de apoio à família e de promoção da justiça social.

A reintegração, portanto, não deve ser entendida como um evento pontual, mas como um processo contínuo de reconstrução de relações, fortalecimento de capacidades, inclusão e promoção da dignidade humana, tanto da criança quanto de sua família.

4.5. Papel do Assistente Social na Reintegração de Crianças em Situação de Exclusão Social

A exclusão social é uma das mais graves violações de direitos que afectam a infância. De acordo com a UNICEF (2021), milhões de crianças em países em desenvolvimento

vivem em condições de privação múltipla. Essas privações afectam sua saúde física, psicológica, emocional e social. A exclusão social infantil está frequentemente associada à desestruturação familiar, ao abandono, ao tráfico de menores, ao uso de drogas, à exploração sexual e ao trabalho precoce.

Segundo Costa e Silva (2020), a exclusão infantil não se limita à ausência de renda familiar, mas diz respeito também à ausência de vínculos afectivos, de protecção institucional e de acesso à educação de qualidade. A criança em situação de exclusão é aquela que não participa plenamente da sociedade e cujos direitos são sistematicamente negligenciados.

Crianças em situação de exclusão social são, também, aquelas que, por diversos factores, como pobreza extrema, negligência familiar, violência, exploração ou orfandade, foram privadas da convivência com suas famílias e encontram-se institucionalizadas. Essa exclusão não é apenas material, mas afectiva, simbólica e relacional, e compromete o pleno desenvolvimento da criança.

Neste cenário, o processo de reintegração familiar e social se revela complexo, e não pode ser reduzido ao simples retorno da criança ao convívio com parentes. Trata-se de reconstruir redes de apoio, fortalecer vínculos rompidos, garantir condições mínimas de dignidade e assegurar a escuta e participação da criança.

O assistente social é o profissional que actua de maneira estratégica na intermediação entre as necessidades das crianças e a estrutura institucional e comunitária. De acordo com Ferreira e Lima (2019), o assistente social é responsável por articular acções de acolhimento, acompanhamento psicossocial, fortalecimento de vínculos familiares, bem como garantir o acesso a direitos básicos.

A reintegração social envolve um conjunto de acções integradas e interdisciplinares, que têm como objectivo resgatar a dignidade da criança, fortalecendo seus vínculos afectivos e sua inserção em espaços comunitários. O assistente social actua com base em princípios ético-políticos, como a defesa dos direitos humanos, o reconhecimento da criança como sujeito de direitos e o enfrentamento das desigualdades sociais (CFESS, 2021).

De acordo com Santos e Araújo (2022), a reintegração só é possível quando há o reconhecimento do contexto de exclusão e o enfrentamento das causas estruturais que levam à marginalização da infância. Para isso, o assistente social desenvolve diagnósticos sociais, realiza visitas domiciliares, articula políticas públicas (educação, saúde, assistência, habitação), mobiliza redes de proteção.

A intervenção profissional no processo de reintegração de crianças em situação de exclusão é guiada por metodologias participativas, sistêmicas e centradas na criança. A escuta qualificada da criança e de sua família é uma das ferramentas fundamentais, pois permite compreender sua realidade vivida, suas potencialidades e fragilidades.

Segundo Oliveira e Machado (2021), o trabalho com famílias é um eixo estruturante da prática do assistente social. Não se trata apenas de reinserir a criança em seu núcleo familiar, mas de acompanhar, fortalecer e orientar essa família para que possa exercer seu papel protético. Quando a reintegração familiar não é possível, o profissional atua na busca de alternativas, como acolhimentos familiares, instituições ou programas de apadrinhamento afectivo.

O uso de estudos de caso, planeamento de acções integradas, construção de planos individuais de atendimento e articulação com a rede intersectorial são práticas comuns no quotidiano do assistente social. O acompanhamento contínuo e o monitoramento das condições de vida da criança são essenciais para prevenir reincidências da exclusão (Souza & Farias, 2018).

De acordo com Silva e Rizzini (2013), a actuação em rede intersectorial é um dos maiores desafios do Serviço Social, especialmente em contextos de precarização das políticas públicas e descontinuidade dos programas sociais. O profissional precisa lidar com a escassez de recursos, a burocracia institucional e, muitas vezes, com a invisibilidade social das famílias atendidas.

No entanto, mesmo diante dessas dificuldades, a actuação em rede é essencial para que a reintegração seja bem-sucedida. O assistente social, ao identificar vulnerabilidades sociais na família, pode encaminhá-la a programas de transferência de renda, apoio psicossocial, capacitação profissional ou habitação, criando condições reais de acolhimento e proteção para a criança.

Como destaca Netto (2001), o Serviço Social é uma profissão que opera na tensão entre o possível e o necessário. O assistente social deve reconhecer os limites impostos pela realidade, mas também deve actuar de forma propositiva, crítica e criativa, construindo possibilidades de transformação e emancipação social

A reintegração de crianças acolhidas em instituições é um processo que exige, para além da organização e funcionamento do sistema de acolhimento, a actuação qualificada de profissionais comprometidos com a defesa dos direitos humanos e com a reconstrução de vínculos familiares e sociais. Neste contexto, o assistente social assume um papel central na mediação entre a criança, sua família, a instituição de acolhimento e a rede de protecção social.

CAPÍTULO V – ACTIVIDADES IMPLEMENTADAS NO ÂMBITO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

Com o intuito de responder de forma estratégica aos problemas enfrentados pelas crianças órfãs acolhidas no Lar Madre Maria Clara de Mumemo, especialmente no que tange à exclusão no meio familiar, foi elaborado e implementado um plano de intervenção composto por um conjunto de actividades. As actividades foram desenhadas para permitir a identificação aprofundada dos problemas enfrentados, bem como promover o empoderamento das crianças e das suas famílias através da sensibilização e da promoção dos direitos sociais.

5.1. Diagnóstico espacial e institucional do Lar Madre Maria Clara

A primeira actividade do plano de intervenção consistiu no diagnóstico espacial e institucional do Lar Madre Maria Clara, o levantamento dos principais problemas enfrentados pelas crianças acolhidas. Esta etapa foi crucial para a contextualização do estudo e a delimitação dos aspectos a serem investigados, com base em observação directa e entrevistas semiestruturadas com as responsáveis pelo lar.

A actividade foi realizada no próprio LMMC, durante um período máximo de 15 dias úteis, pelo pesquisador em colaboração com as gestoras da instituição. Através desta acção, foi possível identificar dificuldades relacionadas à exclusão social, à carência de apoio psicossocial, à desinformação sobre direitos e à fragilidade dos vínculos familiares.

Este processo permitiu delinear um diagnóstico preliminar das condições sociais das crianças, servindo como base para as acções seguintes. De acordo com Silva et al. (2020), o conhecimento da realidade social das populações vulneráveis é o primeiro passo para a formulação de estratégias de intervenção eficazes e humanizadas.

5.2. Encontros participativos com as crianças e membros das suas famílias

Na segunda actividade foram realizados encontros participativos com as crianças acolhidas no LMMC e com alguns membros das suas famílias, com o objectivo de criar um espaço de escuta activa, reconhecimento das vozes das crianças e fortalecimento de vínculos familiares.

Durante um período máximo de 5 dias, esses encontros permitiram a identificação directa dos problemas percebidos pelas crianças, em especial sentimentos de abandono, discriminação e ausência de afecto familiar. As actividades ocorreram no espaço do LMMC, conduzidas pelo pesquisador, com dinâmicas adaptadas à faixa etária das crianças, visando garantir a sua participação efectiva.

Também, foram abordados temas relacionados aos direitos das crianças, conforme estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança, promovendo o reconhecimento de sua cidadania e protagonismo no seu desenvolvimento social. Como sublinha Rocha (2019), o envolvimento directo da criança nas questões que a afectam é essencial para o fortalecimento de sua autonomia e inclusão social.

5.3. Sensibilização sobre exclusão social das crianças órfãs

Foi implementada uma actividade de sensibilização das partes envolvidas (crianças, responsáveis legais, cuidadoras) acerca da exclusão social e da necessidade de respeito e promoção dos direitos sociais das crianças órfãs.

Esta actividade teve a duração de 30 dias e consistiu em sessões educativas, rodas de conversa e partilhas de testemunhos. Realizadas pelo pesquisador no espaço do LMMC, as sessões abordaram temas como o direito à convivência familiar e comunitária, o papel da família e da comunidade na inclusão social, e o acesso à educação, saúde e protecção.

A actividade teve como base teórica os princípios da participação e da justiça social defendidos por autores como Bordenave (1983), para quem a transformação social passa pelo empoderamento dos grupos oprimidos, que devem participar da construção das soluções que os afectam directamente.

As sessões contribuíram para a consciencialização colectiva sobre o problema da exclusão social das crianças acolhidas e promoveram o diálogo intergeracional entre crianças e cuidadores, o que fortaleceu os laços de empatia e co-responsabilidade no processo de reintegração social.

Ao final da implementação das actividades, foi realizada uma avaliação participativa com as crianças, os responsáveis do lar e os membros das famílias, para analisar o

impacto das acções na percepção das crianças sobre sua inclusão social, no fortalecimento dos vínculos familiares e na melhoria do acesso aos seus direitos.

Conforme propõe Minayo (2014), a avaliação participativa fortalece o protagonismo social e é uma ferramenta importante para o ajustamento contínuo das práticas interventivas, assegurando sua eficácia e sustentabilidade.

6. CONCLUSÃO E SUGESTÕES

6.1. Conclusão

A presente pesquisa teve como objectivo central analisar os factores que levam à exclusão social de crianças no meio familiar acolhidas no Lar Madre Maria Clara de Mumemo, no período de 2022 a 2024. A partir da abordagem qualitativa e do método de estudo de caso, foi possível compreender as dinâmicas sociais e familiares que condicionam a exclusão e a posterior institucionalização dessas crianças.

No que se refere ao primeiro objectivo específico, que visava identificar as principais causas da exclusão das crianças no meio familiar, os resultados evidenciaram que a orfandade, a pobreza extrema, a negligência, os maus-tratos e o abandono constituem os principais factores que conduzem ao afastamento da criança do seio familiar. Observou-se que, embora a família extensa seja tradicionalmente reconhecida como espaço de protecção, esta encontra-se fragilizada pelas condições socioeconómicas adversas, o que compromete a sua capacidade de acolher e cuidar das crianças órfãs. Tal constatação revela que a exclusão social da criança não é um fenómeno isolado, mas expressão de desigualdades estruturais mais amplas que atravessam a sociedade moçambicana.

Relativamente ao segundo objectivo, verificou-se que a instituição segue procedimentos sistematizados, envolvendo avaliação inicial, acompanhamento psicossocial e elaboração de planos individuais de atendimento. Tendo ficado evidente que o acolhimento institucional, embora necessário em contextos de risco, deve ser compreendido como uma medida excepcional e temporária, não devendo substituir de forma prolongada o convívio familiar.

No que concerne ao terceiro objectivo, as estratégias adoptadas, como o mapeamento familiar, as visitas monitoradas, a sensibilização das famílias e o acompanhamento pós-reintegração, demonstram um compromisso institucional com a inclusão social das crianças. No entanto, a reintegração nem sempre é viável, seja pela recusa dos familiares, seja pela persistência das condições de vulnerabilidade que originaram o acolhimento. Tal realidade evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de apoio às famílias, de modo a prevenir a reincidência da institucionalização.

Quanto ao quarto objectivo específico, conclui-se que o Assistente Social desempenha uma função central na mediação entre a criança, a família, a instituição e os serviços da

rede social. O assistente social actua não apenas na gestão de casos, mas também na defesa dos direitos da criança, na promoção da participação infantil e na construção de estratégias que visem a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários.

A exclusão social das crianças institucionalizadas vai além da separação física, é a exclusão da possibilidade de participação, de construção da identidade e de exercício da cidadania. Torna-se, portanto, imprescindível o reforço das políticas sociais, o investimento na família como espaço privilegiado de protecção e o reconhecimento do papel estratégico do Serviço Social na promoção da inclusão, da participação e da dignidade da criança.

6.2. Sugestões

Diante das constatações da pesquisa, apresentam-se as seguintes sugestões para minimizar a exclusão social de crianças acolhidas e fortalecer os processos de reintegração familiar, podendo ser aplicados no Lar Madre Maria Clara ou em qualquer instituição que tem acolhido e reintegrado crianças em situação de vulnerabilidade:

- Desenvolvimento de acções intersectoriais envolvendo as áreas da saúde, educação, justiça e acção social, de forma a garantir a protecção integral das crianças antes, durante e após o acolhimento institucional;
- Promoção de formações continuadas para os profissionais de acolhimento, com foco na escuta activa, no respeito aos direitos das crianças e na construção de vínculos afectivos estáveis;
- Incentivo à criação de programas de acolhimento familiar e famílias substitutas, como alternativas à institucionalização prolongada, promovendo a vivência em ambiente mais próximo ao familiar;
- Valorização da participação infantil nos processos de decisão que dizem respeito à sua vida, promovendo espaços de escuta, diálogo e construção de planos de vida junto às crianças acolhidas;

Estas sugestões têm como base os resultados obtidos e buscam contribuir para um sistema de protecção à infância mais justo, humanizado e sustentável, reafirmando o compromisso ético e profissional do assistente social com os direitos das crianças e com a justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, R. M., Silva, G. T., & Costa, F. H. (2022). *Impactos socioeconômicos da orfandade na infância: Um estudo em comunidades de alta vulnerabilidade*. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Sociais, 8(1), 101–119

Amorim, M. (2015). *Serviço social, famílias e violação de direitos: desafios para o trabalho profissional*. São Paulo: Cortez.

Bazon, M. R. (2008). *Família e reintegração: fatores protetivos no retorno de crianças institucionalizadas*. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 18(2), 230–240.

Bertalanffy, L. von. (1971). *Teoria geral dos sistemas: Fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Rio de Janeiro: Vozes.

Bordenave, J. E. D. (1994). O papel do técnico no processo de participação. In: Gadotti, M., & Torres, C. A. (Orgs.). *Educação popular: utopia latino-americana* (pp. 25–38). São Paulo: Cortez.

Bordenave, J. E. D. (1983). *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.

Buzzi, M. (2015). *Acolhimento institucional: desafios e possibilidades na construção do cuidado*. São Paulo: Cortez.

Carvalho, L. A., & Menezes, R. F. (2020). *Formação de profissionais e enfrentamento das desigualdades na infância: Desafios e estratégias em contextos de acolhimento*. Revista Serviço Social em Perspectiva, 4(1), 90–108.

Castells, M. (2001). *A era da informação: Economia, sociedade e cultura – Volume II: O poder da identidade* (2ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.

Cecchin, G., Boscolo, L., Hoffman, L., & Penn, P. (1994). O ciclo relacional e a terapia sistêmica. In G. Cecchin et al., *A arte de dialogar em família*. São Paulo: Summus.

- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. (2021). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social*. Brasília: CFESS.
- Costa, E. M. (2012). *Avaliação e Planejamento em Serviço Social: Práticas e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Costa, M. F., & Silva, J. L. (2020). *Crianças em situação de exclusão social: vulnerabilidades e desafios*. *Revista Katálisis*, 23(1), 123–138.
- Denzin, N. K. (1978). *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. New York: McGraw-Hill.
- Durkheim, É. (1893). *A Divisão do Trabalho Social*. Paris: Alcan.
- ECA. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasil
- Ferreira, A. L., & Lima, R. S. (2019). *A reintegração de crianças em situação de acolhimento: desafios e possibilidades na atuação do assistente social*. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, 3(2), 45–62.
- Ferreira, P. L., & Lima, A. R. (2022). *Arquitetura do cuidado: Espaços institucionais e bem-estar infantil*. *Cadernos de Psicologia e Sociedade*, 30(2), 45–61.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia* (6. ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnica de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas
- Gonçalves, Alberto (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*.
- Guerra, P. (2012). *Da Exclusão Social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática*. *Revista Angolana de Sociologia*.
- Human Rights. (2023). *As raparigas não devem desistir dos estudos: Os desafios enfrentados pelas raparigas grávidas e mães adolescentes em Moçambique para continuarem a estudar*. Anistia Internacional

Iamamoto, M. (2017). *Serviço Social e Questão Social: Ensaio e Reflexões*. São Paulo: Cortez Editora.

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2023). *Relatório Anual de Indicadores Sociais de Moçambique*. Maputo: INE.

Kellett, M. (2010). *Rethinking children and research: Attitudes in contemporary society*. London: Continuum.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2001). *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas.

Lansdown, G. (2005). *The evolving capacities of the child*. Florence: UNICEF Innocenti Research Centre.

Lessa, L. A., Pires, L. (2016). *Prevenção e Intervenção: O Papel do Assistente Social na Família e no Acolhimento*. Porto Alegre: Editora Artmed.

Marconi, M. A.; Lakatos, E.M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A.

Mead, M. (1973). *Cultura e Compromisso*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Meneses, I. J. (2010). *Exclusão social e políticas sociais: os casos dos municípios de Maputo e Beira*. Portugal: Lisboa.

Miceli, S. (2002). *A Família Brasileira e o Processo de Modernização*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Miele, S. (2007). *Psicologia do desenvolvimento: Orfandade e suas implicações*. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo.

Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Ministério do Género Criança e Acção Social. (2019). *Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA*. Maputo

Minuchin, S. (1982). *Família: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artmed.

- MMAS. (2006). *Um estudo de capacidade da Comunidade para Cuidados e Protecção de Órfãos e Crianças Vulneráveis no Contexto do HIV/SIDA*, (SIAPAC) e Verde Azul.
- Moreira, L. A., & Santos, M. J. (2020). *O impacto da perda dos cuidadores parentais nas condições de vida de crianças e adolescentes*. *Revista Infância e Sociedade*, 21(3), 55–73.
- Nascimento, E. M., Soares, M. L. (2007). *Fundamentos do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Netto, J. P. (2001). *Transformações societárias e Serviço Social: notas para um debate atual*. São Paulo: Cortez.
- Nogueira, D. S., & Costa, M. H. (2021). *A importância da formação humanizada de profissionais da infância em contextos institucionais*. *Cadernos de Educação Social*, 19(2), 66–83.
- Oliveira, L. M., & Machado, E. F. (2021). *O trabalho com famílias na reintegração de crianças e adolescentes: reflexões sobre a prática do assistente social*. *Revista Temporalis*, 21(43), 85–104.
- ONU. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Piaget, J. (1971). *A psicologia da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Pimenta, S. L., Nascimento, T. F. (2018). *Serviço Social e Direitos Humanos: Confrontos e Possibilidades*. São Paulo: Editora Atlas.
- Real Academia Española. (2014). *Dicionário da Real Academia Espanhola*. Disponível em: <https://dicionarios.com/rae/>
- Reinaldo, J. (2010). *Serviço Social e Políticas Públicas: Uma Análise Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Ribeiro, J. A. (2006). *Exclusão social e saúde mental: Impactos na infância e adolescência*. Porto Alegre: Editora Artmed.

Ribeiro, V. M., & Almeida, R. S. (2020). *A voz da criança como direito: Reflexões sobre participação infantil em contextos institucionais*. Revista Brasileira de Direitos da Criança e do Adolescente, 1(2), 51–68. <https://doi.org/10.26512/rbdca.v1i2.29720>

Rizzini, I., & Butler, U. M. (2003). *Crianças e adolescentes em instituições: entre o abandono e a convivência familiar*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

Rocha, D. F. (2019). *A escuta da criança e o seu direito à participação: desafios para os serviços de acolhimento*. Serviço Social & Sociedade, 40(137), 45–62.

Rodrigues, E. A. S. & Brasil, F. de P. D. (2015). *A participação social na perspectiva dos atores de uma rede social comunitária: um estudo de caso*, São Paulo.

Sanches, R.M. (1999). Famílias, profissionais e casas de apoio: as dificuldades do cotidiano da criança soropositiva. In: Silva, C.R.C.(Org.). *Crianças e aids: ensaios e experiências*. São Paulo: Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids

Santos, D. R., & Araújo, T. M. (2022). *O assistente social e a defesa dos direitos da criança em situação de rua*. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Assistência Social, 6(2), 44–60.

Sarmiento, M. J. (2003). *A criança como sujeito social e como sujeito de direitos*. Proposições, 14(2), 27–38.

Silva, C. A. (2017). *Acolhimento institucional e reintegração familiar em Moçambique: Desafios e possibilidades*. Revista Moçambicana de Estudos Sociais, 3(2), 45–61.

Silva, E.R. A. (2005). *O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados*.

Silva, F., & Cavalcante, L. (2012). *Fatores de risco e proteção para crianças soropositiva ao HIV*. Diaphora

Silva, L. M., Oliveira, R. P., & Souza, M. A. (2020). *Diagnóstico social e intervenção no acolhimento institucional*. Revista Brasileira de Assistência Social, 21(1), 78–95.

Silva, L. T., & Rizzini, I. (2013). *Reintegração familiar de crianças em acolhimento institucional: a atuação dos profissionais de referência*. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 23(3), 248–257.

- Silva, R. J., & Andrade, L. M. (2021). *Pesquisa qualitativa e observação em territórios vulneráveis: Reflexões metodológicas*. *Revista de Estudos Sociais*, 27(2), 67–84.
- Soares, F. N. (2005). *Infância e direitos: participação das crianças nos contextos de vida: representações, práticas e poderes*. Minho: UM
- Souza, G. V., & Carvalho, M. B. (2020). *O espaço como mediador das relações sociais: Contribuições para o campo da assistência social*. *Serviço Social em Revista*, 23(1), 89–105.
- Souza, J. F., & Farias, H. G. (2018). *O papel do assistente social na proteção à infância e adolescência: uma análise crítica da prática profissional*. *Revista Em Pauta*, 16(38), 154–170.
- Tavares, L. M., Silva, M. A. (2011). *Educação e desigualdade: O impacto da exclusão familiar no desempenho escolar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Telles, V. (2004). *Desigualdade social e exclusão no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Trivinos, Augusto. (1987). *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Editora Atlas
- UNICEF. (2021). *Acolhimento e reintegração em Moçambique: desafios e boas práticas*. Maputo: Fundo das Nações Unidas para a Infância.
- UNICEF. (2010). *Convenção dos Direitos da Criança*. Lisboa
- UNICEF. (2014). *Situação das Crianças em Moçambique 2014*. Maputo: Unicef
- UNICEF. (2006). *Crianças Órfãs e Vulneráveis no Contexto do HIV/SIDA em Moçambique*.
- Waal, A. (2010). *Famine Crimes: Politics & the Disaster Relief Industry in Africa*. London: African Rights & James Currey.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (5.ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICES

Apêndice 1



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no estudo intitulado “A situação de Exclusão social de crianças acolhidas no Lar Madre Maria Clara de Mumemo-Marracuene: Causas e Estratégias de Reintegração (2018-2020)” da autoria de Deisy Rabelina Damião Naftal, Estudante do curso de Licenciatura em Serviço Social, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane.

Foram-me explicados e compreendo os objectivos principais deste estudo e fui informado(a) que os resultados da pesquisa serão usados exclusivamente para fins académicos, pelo que autorizei à pesquisadora a fazer o devido uso das informações colhidas.

Declaro ainda que, não foi efectuado nenhum tipo de pagamento em troca para a materialização desta pesquisa.

Assinatura: _____

Maputo, _____ / _____ / 2024

Apêndice 2



GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS CRIANÇAS

1. Por que você veio para o Lar Madre Maria Clara?
2. O que aconteceu com sua família?
3. Como você se sentiu quando chegou ao Lar? O que mais te marcou nesse momento?
4. Você mantém contacto com algum membro da sua família? Com que frequência?
5. Quais as principais dificuldades que você enfrentava em sua casa antes de vir para o Lar?
6. Como era sua relação com seus responsáveis antes de vir para o Lar?
7. Você recebe visitas de seus familiares? Se sim, como tem sido essas visitas?
8. De que forma o Lar te ajuda a manter contacto com sua família e a preparar para um possível retorno?
9. Você gostaria de voltar para sua família?
10. Com que frequência você conversa com os educadores e psicólogos do Lar sobre sua família?
11. Você participa de alguma actividade no Lar que te prepara para um possível retorno à sua família?
12. Quais as principais dificuldades que você enxerga para um possível retorno à sua família?

Muito obrigada pela participação!

Apêndice 3



GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS ASSISTENTES DA INSTITUIÇÃO

1. Qual é o processo de acolhimento de uma criança ou adolescente no Lar Madre Maria Clara? O que é necessário e quais são as etapas envolvidas?
2. Quais são as principais causas que levam as crianças a serem institucionalizadas no Lar?
3. Como é mantido o contacto com a família biológica das crianças acolhidas? Quais as dificuldades encontradas nesse processo?
4. Quais as actividades e programas desenvolvidos no Lar para preparar as crianças para uma possível reintegração familiar?
5. Quais as principais barreiras que impedem a reintegração familiar das crianças acolhidas?
6. Quais as parcerias estabelecidas com outras instituições (judiciárias, saúde, educação) para facilitar o processo de reintegração?
7. Como é realizado o acompanhamento das crianças após a reintegração familiar? Quais os desafios encontrados nessa etapa?
8. Quais as principais necessidades das crianças acolhidas, além do cuidado básico? Como essas necessidades são atendidas?
9. Quais os principais desafios enfrentados pelo Lar no atendimento a essas crianças?

Muito obrigada pela participação!

ANEXOS